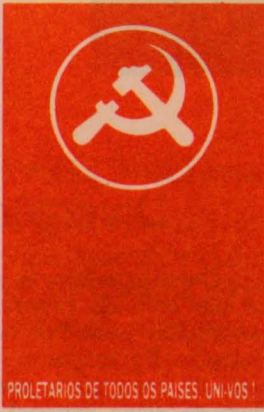


A Classe Operária



SOMÁLIA E HAITI

Imperialismo americano encontra resistência à sua intervenção na Somália e no Haiti

PÁGINA 12

CRISE AUMENTA COM DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO

DÍVIDA

A dívida externa brasileira cresce. O Brasil é um paraíso para os especuladores internacionais

PÁGINAS 8 e 9

COMUNICAÇÃO

O professor José Carlos Rocha fala sobre as propostas de democratização das comunicações

PÁGINA 7

UBES

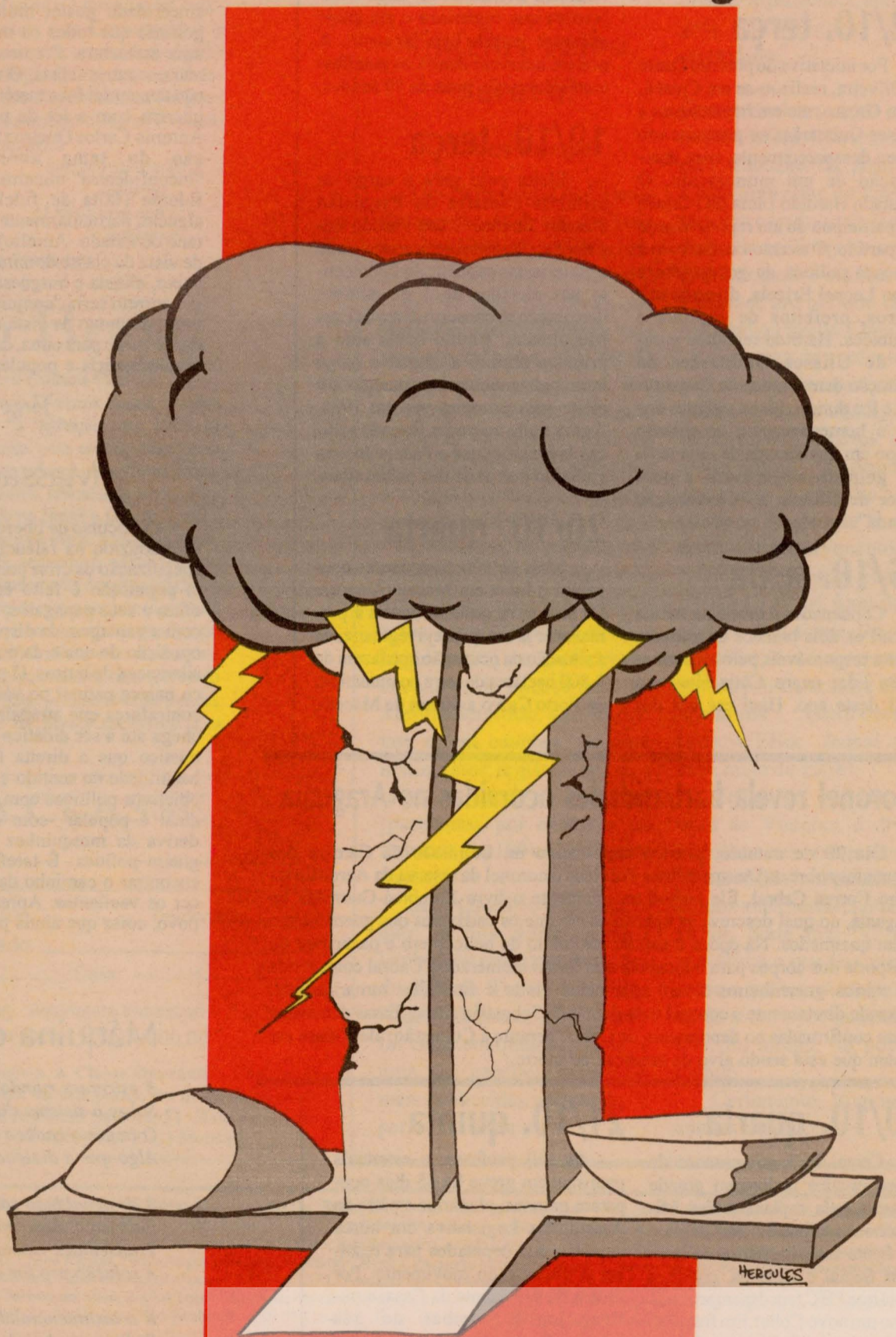
Delegados secundaristas de todo o Brasil participam do 30º Congresso da Ubes

PÁGINA 11

PRIVATIZAÇÃO

Direita impede quebra de sigilo bancário e dificulta trabalho da CPI das privatizações

PÁGINA 6



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Resumo

10/10. domingo

Realizadas eleições gerais na Grécia em que venceu o Movimento Socialista Pan-Helênico -Pasok- de Andreas Papandreou. A direita neoliberal que estava no poder foi derrotada com as denúncias de que estava destruindo o Estado. De imediato o novo governo suspendeu o processo de privatização da OTE, a companhia de telecomunicações grega. Deverão ser também desfeitos os planos de privatização de refinarias de petróleo programadas pelo governo anterior. A conhecida atriz Melina Mercuri foi conduzida à pasta da Cultura do novo governo.

12/10. terça

Por iniciativa do prefeito Dante de Oliveira, realizou-se em Cuiabá, Mato Grosso, ato em homenagem a Ulisses Guimarães no primeiro ano de seu desaparecimento, com inauguração de um monumento. O deputado Haroldo Lima do PCdoB/BA participou do ato representando seu partido. O evento contou com a presença política de governadores como Leonel Brizola, diversos ministros, prefeitos de capitais e deputados. Haroldo ressaltou o papel de Ulisses Guimarães na condução democrática da Constituinte e fez duras críticas a alguns dos que o homenageavam ao mesmo tempo em que através de uma revisão golpista ameaçavam a obra maior de Ulisses, a "Constituição Cidadã".

15/10. sexta

Condenados à morte na África do Sul os dois brancos de extrema direita responsáveis pelo assassinato do líder negro Chris Hanani em abril deste ano. Hanani era um dos

dirigentes do Congresso Nacional Africano e presidente do Partido Comunista da África do Sul. Era o segundo maior líder popular do país depois de Nelson Mandela. Os condenados são um imigrante polonês que atirou em Hanani e um deputado pró-apartheid que organizou o atentado. O povo comemorou nas ruas a decisão da Justiça.

16/10. sábado

25 mil pessoas em Londres realizaram manifestação contra o ressurgimento do nazismo. O protesto foi contra a inauguração de uma livraria do neonazista Partido Nacional Britânico. A Liga Anti-Nazista que organizou o ato exige que esse partido seja proscrito. A polícia interveio contra os manifestantes deixando mais de 70 feridos.

19/10. terça

Eleita pelo para o cargo de primeira-ministra do Paquistão Benazir Bhutto. O seu Partido Popular Progressista havia conquistado a maioria das cadeiras do Parlamento nas eleições de 5 de outubro derrotando os conservadores da Liga Muçulmana. Bhutto havia sido a primeira mulher a ocupar o cargo num país muçulmano quando foi eleita pela primeira vez em 1988. Agora volta ao poder fazendo críticas às pressões que o Paquistão vem sofrendo por parte dos países ricos.

20/10. quarta

Mais de 600 camponeses ocuparam o Incra em Maceió/Alagoas. Os sem-terra estão dispostos a permanecer lá até que seja regularizada a situação da ocupação que fazem de 3.800 hectares de terra no município de Porto Calvo a 40 km de Maceió.

Coronel revela barbaridades ocorridas no Araguaia

Dia 20 de outubro, prestou depoimento na Comissão da Câmara dos Deputados sobre os Desaparecidos Políticos o coronel da reserva da Aeronáutica Pedro Correa Cabral. Ele lançou recentemente o livro Xambioá-Guerrilha no Araguaia, no qual descreve as operações em que os cadáveres dos guerrilheiros foram queimados. Na época o militar era piloto de helicóptero e participou do transporte dos corpos para o local em que foram incinerados. Cabral conta ainda que vários guerrilheiros foram apanhados vivos e fuzilados sumariamente, acusando diretamente o coronel e ex-deputado Sebastião Curió. Essas denúncias foram confirmadas no depoimento de Cabral perante a Comissão; além disso ele relatou que está sendo alvo de ameaças de morte.

20/10. quarta

Cerca de 3 mil pessoas de vários estados realizaram grande passeata pela esplanada dos Ministérios, realizando ato público em frente aos Ministérios do Bem Estar Social e Fazenda, contra o papel que FHC tem desempenhado como um novo Collor. Em frente ao Ministério da Saúde, o ministro recebeu uma comissão de diretores da Conam, agentes comunitários da saúde. Em frente ao Congresso Nacional foi realizado ato contra a revisão junto com o Movimento Cívico contra a Revisão, UNE, UBM, entre outras entidades. O ato aconteceu no mesmo dia da instalação da CPI do Orçamento.

21/10. quinta

50 mil professores estaduais paulistas em greve há 65 dias ocuparam galerias, plenários e pátio da Assembléia Legislativa em busca de apoio dos deputados para resolver o impasse do movimento. Por ordem do presidente da Casa, a polícia jogou bombas de gás lacrimogêneo, assustando os professores que na correria chegaram a danificar instalações da Assembléia. A Tropa de Choque foi chamada e invadiu dependências do prédio quebrando uma porta de vidro. Dia 19 uma juíza do Trabalho responsabilizou o governo do Estado pela greve ao julgar ação movida pelo governador Fleury contra os grevistas.

Divergência

Quero agradecer ao amigo por salientar um erro de expressão, facilmente contestado pela luz do materialismo dialético. Eu estava me referindo a um nível de consciência mais sutil, que vai além do plano material. Se o camarada Carlos Caressato prestar atenção, notará que a ideologia do partido é atéia e democrática e como o PCdoB possui vários militantes religiosos verá que o partido não é tão ateu assim. Afinal, nós todos não somos o partido? Você é uma pessoa atenta e sabe que a história é mutável e não existem dogmas. Veja quantas pessoas assistem à Globo e quantas frequentam alguma igreja e perceba a situação histórica de hoje: a mídia é o ópio do povo.

Nelson P. Scheffler
Alvorada - RS

Princípios

Li a revista Princípios (nº 30) e com sinceridade gostei muito. Está ótima e gostaria que todos os marxistas fizessem uma assinatura. Fiz uma leitura crítica e não encontrei falhas. O único detalhe que não concordei foi a matéria "O que os EUA querem com a lei de patentes", em que Antonio Carlos Queiroz faz uma comparação do tema abordado com os "inconfidentes" mineiros. O termo inconfidente (falta de fidelidade para com alguém, particularmente para com o soberano ou Estado -Aurélio) dá idéia do ponto de vista da classe dominante; de cima para baixo, elitista e burguesa. Enquanto o termo correto seria "conjurados" que dá uma visão do ponto de vista da classe dominante, de baixo para cima, dando uma acepção revolucionária e popular.

Jorge Ferret Fagundes
Jaguari - RS

Massacre

O discurso de liberdade para o mercado traduzido na falência do Estado e da socialização da crise com a miséria e atônita população é feito em uníssono pelas elites e seus papagaios, que contam ainda com a vantagem da dispersa e milimétrica oposição de uns e da cumplicidade suja e silenciosa de outros. O massacre ideológico parece patinar no vácuo: sem atrito ou contraforça que atrapalhe o seu caminhar chega até a ser didático o aproveitamento místico que a direita faz com qualquer banalidade no sentido e na direção e seus objetivos políticos com o movimento sindical e popular -com raras exceções- à deriva da mesquinhez econômica e cegueira política. É tarefa dos comunistas encontrar o caminho das pedras, convencer os vacilantes. Aprender e apostar no povo, coisa que ainda pouco dominamos.

Ricardo Galvão
Recife - PE

Máquina do tempo

A estrutura ruindo
Sobre o sistema da morte
O império caduco sonhando
Algo que a dialética discorda.

A desigualdade social
Fabrica o medo nas ruas
Transeuntes vitimados apontando
A solução pro fim da realidade crua.

E a institucionalidade criminal
Sedimentando a baderna
Bakunin fica de pé
Admirando o modelo sem perna.



José Cícero
Centro de Documentação e Memória

Fundação Maurício Grabois

Cartas para esta seção devem ser enviadas datilografadas ou em letra de forma com no máximo quinze linhas. A redação publicará as cartas no todo ou em parte. Rua Adoniran Barbosa, 53 - CEP 01318-020 - Bela Vista - São Paulo-SP

Biblioteca

Estamos ampliando acervo de nossa biblioteca do Colégio Brasileiro Pedro Silvestre a fim de podermos atender às necessidades de nossos alunos (leitura e pesquisa) bem como a um maior número de outros consulentes. Paralelo iniciamos a estruturação do acervo Amazoniano, hoje muito procurado por pessoas de nossa e outras comunidades e por isso solicitamos doação de livros e revistas.

Tereza Rubin Ferreira
Manaus - AM

Araguaia

Pelos fortes combatentes
Aguerridos do Araguaia
Recordamos com bravura
Tombou, mas ficou ternura
Imolados pela paz
Das trincheiras ardejantes
Operários confiantes.

Conquistando a liberdade
Os que fabricam a guerra
Milhões deixaram sem terra
Uns são donos, outros escravos
Nosso tempo hoje não pára
Inspiraremos com garra
Sonhos que ainda são seus
Todavia hoje mais perto
Amanhã renascerão!

Dos raios que cobrem a terra
O sonho realizar!

Brasil que será do povo
Reencarnaremos de novo
Anseios que hoje são meus
Socialistas nos faremos
Imensa terra teremos
Lavada com o sangue seus.

Antonio José Fernandes
Americana - SP

Ação do PCdoB

Acompanhamos com expectativa o momento político atual do Brasil, com a grave crise político-financeira, e não podemos deixar de prestigiar a atuação dos deputados comunistas no Congresso Nacional para que não passe mais um projeto das elites que desejam vender essa pátria tão sofrida. Já começa que esses elementos não sabem o que é amar uma nação pois se são traidores do país o sentimento nacional passa por eles despercebido. Parabenizo a atuação do PCdoB. Apesar de ser um partido "pequeno", cresce a cada dia nos movimentos de massa e certamente começa a brotar um nó na garganta da burguesia, pois nossa presença em vários setores da sociedade está tirando o sono de muitos deles. O PCdoB é diferente dos outros partidos por uma única questão: enquanto os outros pensam em campanhas presidenciais, o PCdoB denuncia a invasão no nosso espaço terrestre pelo imperialismo e mostra a verdadeira face daqueles que querem a revisão constitucional.

George André
Méier - RJ

Erramos

Na edição 112, pág 16, artigo "Mudanças na Produção", segunda coluna, penúltimo parágrafo, leia-se "... mais de 13 milhões no mercado de trabalho informal, de uma população economicamente ativa de 66 milhões".

Na terceira coluna, nono parágrafo, leia-se "Como diz Ricardo Antunes: 'transformou o trabalhador em déspota de si mesmo' porque ele corre atrás da produtividade...".

Na edição 112, pág 15, matéria "A morte de Tião Galinha", no primeiro parágrafo, o lançamento de "Morte e Vida Severina" é

Cartas para esta seção devem ser enviadas datilografadas ou em letra de forma com no máximo quinze linhas. A redação publicará as cartas no todo ou em parte. Rua Adoniran Barbosa, 53 - CEP 01318-020 - Bela Vista - São Paulo-SP

Multinacional é punida

Jamil Murad

Deputado Estadual pelo PCdoB-SP

No último dia 20 de outubro, o Diário Oficial da União publicou uma portaria assinada pelo ministro Fernando Henrique Cardoso determinando que a multinacional Beckton Dickinson Company, maior fabricante de equipamentos médico-cirúrgicos do planeta, passe a comercializar os seus produtos no Brasil com sobretaxas que variam de 8% a 60%.

Tal empresa multinacional, que detém no Brasil 80% do mercado de tubos à vácuo para coleta de sangue em laboratórios, vinha praticando dumping (vendia mais barato no país do que nos Estados Unidos) com o claro e único propósito de destruir uma empresa genuinamente nacional, a Labnew Indústria e Comércio Ltda., cujo proprietário, Jorge Borges Sá, tem mostrado uma consciência patriótica e nacionalista bastante elevada. Sua luta tenaz contou, desde o primeiro momento, com o nosso apoio na Alesp e com apoio de nosso líder na Câmara Federal, Aldo Rebelo.

A empresa brasileira mantém 120 empregos diretos (já foram 250). Desenvolve tecnologia do vácuo e da borracha e produz tubos para exames laboratoriais, cuja eficácia foi comprovada até mesmo por exigentes testes feitos pela Unicamp e USP. É, na verdade, a única empresa em toda a América Latina capaz de enfrentar a concorrência predatória da multinacional. Se fosse fechado, o mercado brasileiro desses produtos ficaria totalmente à mercê dos preços fixados pela multinacional.

A empresa Beckton Dickinson, como outras multinacionais, age nos países onde tem filiais da forma mais predatória possível. Essa prática de Dumping - reconhecida pelo governo brasileiro pela primeira vez na história do setor - por parte da BD, já foi condenada por um Tribunal Anti-Dumping do Canadá. Entre os nove países onde mantém fábricas ou filiais, encontra-se Barbados, conhecido paraíso fiscal de lavagem de dinheiro sujo. No Brasil mesmo, a Beckton foi citada no relatório final da CPI do caso PC/Collor.

De dois anos para cá a multinacional, decidida a quebrar a empresa brasileira, passou a vender o milheiro de tubos a vácuo no Brasil por US\$ 67,00, quando custa nos EUA, US\$ 198,00. Isso sem falar nos custos de internação no país, taxas alfandegárias, alíquotas etc. A insuspeita empresa de auditoria Price Waterhouse, contratada pela empresa nacional, emitiu relatório atestando que: a) tal prática de dumping está mesmo comprovada; b) os custos de comercialização no Brasil deveriam ser de pelo menos US\$ 250,00 por milheiro e c) ocorreu sério e profundo dano à empresa nacional.

Dessa forma, com base em fatos, pareceres jurídicos e muita luta e garra do empresário nacionalista, o governo brasileiro teve que dobrar às evidências e impor a sobretaxa. Ocorrido pela primeira vez no país, esse caso constitui um grande exemplo, pois demonstra ao imperialismo norte-americano, em particular, que neste país apesar da onda neoliberal há patriotas que estarão sempre dispostos a barrar as pretensões neocolonialistas.

Dessa forma, com base em fatos, pareceres jurídicos e muita luta e garra do empresário nacionalista, o governo brasileiro teve que dobrar às evidências e impor a sobretaxa. Ocorrido pela primeira vez no país, esse caso constitui um grande exemplo, pois demonstra ao imperialismo norte-americano, em particular, que neste país apesar da onda neoliberal há patriotas que estarão sempre dispostos a barrar as pretensões neocolonialistas.

Editorial

Abalos sob o céu de Brasília

O filme se repete. Ou, mais um capítulo da série de escândalos que abalam a nação nos últimos tempos. Não passa semana sem que um fato novo venha a agravar o quadro de instabilidade política que assola a nação brasileira.

As denúncias do ex-diretor do Departamento de Orçamento da União e ex-assessor do Senado, José Carlos Alves dos Santos, feitas à imprensa e confirmadas na primeira sessão da CPI do Orçamento detonaram uma crise política de grandes proporções. As graves acusações de corrupção envolvendo parlamentares, inclusive líderes no Senado e na Câmara, governadores e ministros, foram um forte golpe na já combalida credibilidade das instituições perante a opinião pública. O Congresso Nacional foi colocado sob suspeição até que se apurem as denúncias e se punam os culpados.

A revisão constitucional que as elites querem fazer passar a qualquer custo fica ainda mais comprometida. Foi justa a iniciativa do PCdoB e demais partidos progressistas de tentar suspender o processo de revisão nesse momento de crise de confiabilidade do Congresso e de grande instabilidade política no país. Infelizmente não alcançaram resultado de imediato. Apenas conseguiu-se adiar a votação do regimento com algumas alterações. Mas amplia-se o leque de forças que compreendem a inoportunidade da revisão em momento tão grave

que a nação atravessa. As atenções se voltam agora para a CPI do Orçamento e o lamaçal de corrupção que alaga as instituições.

Essa crise política teve reflexos na economia também em crise e Fernando Henrique teve de adiar o anúncio de seu plano que nada de novo traz além de velhas e surradas medidas de há muito anunciadas, como aumento dos impostos e cortes de verbas. As elites e os representantes do FMI querem mais e a própria equipe econômica está ameaçada de racha devido ao aumento de impostos proposto por FHC que se estende a setores da classe média.

São reflexos da dificuldade das elites em aplicar seu plano econômico em meio a uma crise, com o governo sem rumo e a ameaça de comoção social cujos sinais são visíveis com as greves, ocupações de terra, arrastões no Rio, guerra nas favelas, onda crescente de violência nas cidades.

Às forças progressistas cabe analisar a situação com tranquilidade. Captar o sentimento de insatisfação generalizada do povo e tentar aglutinar e acumular forças na busca de uma saída que leve em conta o anseio de renovação política preservando a democracia e não capitulando diante do rolo compressor das elites e dos propósitos antinacionais dos imperialistas.

A Petrobrás é nossa

Jussara Cony

Deputada estadual pelo PCdoB-RS

A Petrobrás comemorou 40 anos no dia 3 de outubro. Sua criação, em 1953, pela Lei 2004, é resultado de uma campanha que levou milhões às ruas - O Petróleo é nosso - e consolidou uma luta do povo brasileiro desde a década de 20. De sua defesa participaram os setores da burguesia industrial, grupos nacionalistas das Forças Armadas e do Congresso Nacional, o movimento estudantil através da UNE e as massas trabalhadoras urbanas, através de organizações sindicais e partidos nacionalistas e de esquerda.

Em vários momentos de nossa história, os setores comprometidos com a entrega das riquezas brasileiras tentaram reverter a conquista do monopólio estatal do petróleo, como em 1975 quando o governo militar autoriza os contratos de risco; como em 1987-88, no processo Constituinte; como no emendação proposto por Collor em 1991.

Hoje está se processando uma nova investida dos que não desejam um Brasil livre e soberano, com independência econômica para seu povo. Através da mídia, busca-se ganhar a consciência dos cidadãos para entregar às multinacionais uma empresa que se destaca a nível internacional, uma empresa de caráter estratégico para nosso desenvolvimento. E a nova investida vem através do golpe da revisão constitucional, para terminar com o monopólio estatal do petróleo e, por consequência, com a Petrobrás.

A Petrobrás que é uma história brasileira de sucesso, significando que nós brasileiros temos plenas condições para o desenvolvimento autônomo e soberano deste país. A Petrobrás que cumpre sua função social e o monopólio estatal que propiciou ao Brasil uma economia de 58 bilhões de dólares somente nos últimos 10 anos. A Petrobrás que proporciona a esta nação ter hoje uma reserva de 8 milhões de barris, suficiente para 34 anos de consumo. A Petrobrás que, como as grandes corporações petrolíferas, opera em todas as atividades do setor. A Petrobrás que é um exemplo magnífico de eficiência, comprovada pela maior descoberta de petróleo no mundo nos anos 70, no Iraque, numa região onde haviam trabalhado algumas das grandes multinacionais.

A Petrobrás que é a empresa que detém, em âmbito mundial, o domínio de tecnologia em prospecção de águas profundas o que lhe valeu, em 1992, o maior prêmio do setor petrolífero mundial e que, em 1993, por seus destacados serviços na preservação ambiental, ganhou o prêmio "Destaque de Ecologia" da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza. Não é por acaso que as multinacionais têm tanto interesse em terminar com o nosso monopólio estatal.

A defesa da Petrobrás não é apenas a luta em prol de nossa soberania. A defesa da Petrobrás é, também, o reconhecimento ao esforço vitorioso de seus operários, funcionários e engenheiros que lutaram e lutam no Brasil e fonte fundamental de novas riquezas e que a Petrobrás é a mais viva prova da grande capacidade de realização do povo brasileiro.

A PETROBRÁS É UMA CONQUISTA DO POVO



CRÔNICA DE Brasília

Dito popular

Luiz Aparecido

"Louco e moribundo não mentem jamais. E esse indivíduo está na última categoria". Frase perfeita do deputado pernambucano Gustavo Krause, referente às denúncias do ex-homem forte do orçamento federal, José Carlos Alves dos Santos, contra ministros, ex-ministros, governadores, senadores e algumas dezenas de deputados federais.

Há mais de dez dias não se fala em outra coisa em Brasília, das birosas das satélites distantes, às mansões dos Lagos norte e sul, que nos desdobramentos da prisão do ex-assessor do orçamento da União e da Comissão Mista do Congresso. O homem sabia demais, sabe e foi pego em flagrante com mais de um milhão de dólares, mais da metade deles embaixo da cama, em casa. A prova material da corrupção existe, são verdinhas e verdadeiras, apesar de algumas falsificadas.

Ele já era há meses suspeito de sequestro e morte da própria esposa, Ana Elizabeth, uma alta executiva do Ministério da Educação. Estava enrolado com a polícia, sem conseguir explicar aquilo que muitos suspeitam, que é o seu envolvimento com o assassinato da mulher. Já tinha muito dólar na parada quando ele foi ouvido pela primeira vez e inventou a história do sequestro e que o dinheiro era para pagar o resgate.

Otário ele não é. Como é que um indivíduo suspeito da morte da esposa, de ter dólares falsos e outras muambas, se deixa apanhar com quase um milhão de dólares em casa, debaixo da cama? Minha tese, compartilhada por quem conhece os meandros dessa história, é que o mesmo homem que levou a mala de dinheiro até sua casa o tenha entregado à polícia. Porquê? Ora porquê. O inquérito que investigava o desaparecimento de sua mulher já estava na esfera judicial. Na fase policial, meses atrás, já tinham invadido sua casa, revistado tudo e só encontraram uma pequena quantidade de dólares, que ele alegou ser para pagar o tal resgate da mulher.

Agora ele tinha que ser intimado para falar com a polícia ou a justiça. Não havia nenhum fato novo na esfera do crime da mulher que obrigasse a polícia

novamente a invadir sua casa. Tanto que não houve mandado judicial para tanto. Foi um flagrante delatado, não há dúvida. Quem lhe levou a mala de dinheiro, ligou depois para a polícia e dedou. "Vai lá que o homem está com muito dólar em casa, inclusive muitos falsificados".

E é por isso que ele está injuriado e entregando todo mundo. Os sete anos todos já sabiam de suas peripécias desde fins de 92, quando estourou um escândalo na Comissão de Orçamento que acabou por defenestrar da mesma o indefectível deputado João Alves. Ele tentou até comprar repórteres da Veja naquela ocasião. Para seu lugar foi o ministro, depois collorido, Ricardo Fiúza. Ora, ora. Era para continuar com o esquema mesmo.

Ele não está mentindo. A frese do ex-ministro e deputado Gustavo Krause cai como uma luva nessa questão. José Carlos disse ainda que vai entregar outras pessoas e mais gente fica sem dormir no Planalto Central do Brasil. Tudo que ele está dizendo todo mundo já desconfiava há anos. O que não se tinha era a prova material, ou seja, os dólares. Eles apareceram. Os que negam seu envolvimento no conhecido esquema corrupto devem agora é explicar como ficaram milionários em tão pouco tempo. Deputados e senadores de origem na classe média, em um ou dois mandatos, adquirem fazendas, chácaras e mansões em Brasília, apartamentos no Rio de Janeiro, aviões a jato e o diabo.

Muita coisa deve estar no nome da mulher, dos filhos, dos cunhados e outros parentes ou até agentes laranja. Se levantar o sigilo bancário dessa gente toda, podem crer que vai aparecer o móvel dos crimes, ou seja, a corrupção. Por isso é que só se encontra por aqui, deputados com olheiras enormes. Tem gente que não dorme há tempos e está vivendo na base do Luxotan.

Dessa investigação, acho que quem não deve escapar são as empreiteiras e seus lobbyistas que atuam em Brasília. Os corruptores, que saíram ileso da CPI do PC/Collor, têm que dançar agora.

Senão, a bandalheira vai continuar. Chega desses empresários ficarem ditando regras para os políticos e a sociedade. Eles são tão culpados quanto os políticos corruptos. Tenho dito e muito mais a dizer. Até lá.

A burguesia fede

▼ A burguesia quer ficar rica, como dizia Cazuza. No caso, ela tratou de encher os bolsos de seus representantes no Legislativo, causando um escândalo que compromete as instituições. A crise daí decorrente coloca o Brasil em mais um impasse

Guiomar Prates

Um escândalo de proporções equivalentes ao que levou à queda de Fernando Collor da Presidência da República estourou em Brasília com a prisão, no dia 9 de outubro, do economista José Carlos Alves dos Santos, ex-diretor de Orçamento da União no governo Collor e assessor da Comissão de Orçamento do Congresso. Santos denunciou que um esquema de corrupção controla a Comissão de Orçamento do Congresso desde 1989. A denúncia envolve parlamentares de diversos partidos, além de ministros e ex-ministros.

No Congresso foi montada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as denúncias. Em seu primeiro depoimento, Santos confirmou tudo o que havia denunciado e ainda forneceu detalhes. Segundo ele, o esquema era liderado pelo ex-presidente e ex-relator da Comissão, deputado João Alves (PFL-BA). Afirmou que Alves recebia propinas de empreiteiras, entidades privadas e prefeituras para incluir emendas no Orçamento da União. Disse ainda que as propinas eram rateadas com um grupo de parlamentares de sua confiança.

Preso com US\$ 1,1 milhão de dólares, disse na CPI que todo o dinheiro veio do esquema de corrupção e lhe foi entregue por João Alves, para comprar o seu silêncio. Acusado do assassinato de sua

mulher, Ana Elizabeth, de tráfico de drogas e do porte ilegal de dólares, Santos nega ter matado a mulher, que sabia demais e pode ter sido eliminada pelo esquema. Temendo por sua vida, resolveu abrir o bico, pois considera-se um arquivo ambulante e, por isso, pediu garantia de vida à Polícia Federal.

Santos dividiu os políticos em dois grupos: os que ele tem certeza que receberam propinas, e os que conheciam o esquema, indicavam entidades beneficiárias de liberação de verbas públicas, mas que não sabe se entravam na distribuição da propina, a não ser por declarações de João Alves. (veja a lista completa no box).

O economista afirmou que o esquema funcionava de duas maneiras: subvenções sociais genéricas e inclusão de emendas de interesse de empreiteiras. Uma terceira forma funcionava dentro do Executivo. Segundo ele, o Ministério da Economia incluía já na proposta orçamentária do Congresso destinações de verbas de interesse de deputados da Comissão de Orçamento. "O ministro Marcílio (da Economia no governo Collor) sabia disso e me disseram que o próprio presidente da República sabia", afirmou.

No uso de subvenções sociais, João Alves garantia a inclusão de verbas no Orçamento destinadas à área social, cuja aplicação teria que ser decidida pelo ministro da área. Depois, o próprio Alves enviava para o governo uma relação de entidades que deveriam receber parte da verba. Estas entidades devolviam parte do dinheiro para Alves, que repartia a propina com outros parlamentares que ajudavam na aprovação das emendas. Isto pressupõe a conivência do ministro da área. Santos citou Anibal Teixeira, Margarida Procópio, Carlos Chiarelli e Ricardo Fiúza.

Afirmando ter visto vários documentos disse que as provas podem ser obtidas com a busca dos pedidos de liberação feitos por Alves aos ministérios. No segundo caso, citou as empreiteiras Andrade Gutierrez, Norberto Odebrecht, OAS e Queiroz Galvão como participantes da operação.

Parlamentares acusados de corrupção

Em seu depoimento na CPI que apura as denúncias de corrupção no Orçamento da União, o economista José Carlos Alves dos Santos acusa diversos parlamentares de estarem envolvidos no escândalo. Santos diz que viu os seguintes parlamentares falando sobre a propina que receberam:

Deputados:

João Alves (PPR-BA)
Ricardo Fiúza (PFL-PE)
Messias Góis (PFL-SE)
Cid Carvalho (PMDB-MA)
Genebaldo Correia (PMDB-BA)
Feres Nader (PTB-RJ)
Fábio Raunheitti (PTB-RJ)
José Luiz Maia (PPR-PI)
José Carlos Vasconcellos (PRN-PE)
José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG)
Sérgio Guerra (PSB-PE)
Flávio Derzi (PP-MS)

Senadores:

Ronaldo Aragão (PMDB-RO)
Saldanha Derzi (PRN-MS)

Parlamentares que, segundo Santos, João Alves contou que recebiam dinheiro:

Deputados:

Carlos Benevides (PMDB-CE)
Ézio Ferreira (PFL-AM)

Ibsen Pinheiro (PMDB-RS)
Gasthane Righi (PTB-SP)
Roberto Jefferson (PTB-RJ)
Uldurico Pinto (PSB-BA)
Paes Landim (PFL-PI)
Pedro Irujo (PMDB-BA)
Manoel Moreira (PMDB-SP)

Senadores:

Mauro Benevides (PMDB-CE)
Humberto Lucena (PMDB-PB)

Ex-ministros que teriam liberado recursos para entidades indicadas por João Alves:

Anibal Teixeira (Planejamento)
Margarida Procópio (Ação Social)
Ricardo Fiúza (Ação Social)
Carlos Chiarelli (Educação)

Acusações comprometem atuais ministros:

Henrique Hargreaves (Casa Civil), como assessor do PFL, recebeu dinheiro do esquema para dar sustentação dentro do Congresso. Alexandre Costa (Integração Regional) participou do esquema como sub-relator do orçamento em 91. Três governadores teriam sido beneficiados por inclusão de emendas para atender seus interesses:

Lequim Amorim (PP-DF)
Edison Lobão (PFL-MA)
João Alves (PFL-SE)

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Falta moral aos revisionistas



José Carlos dos Santos depõe em meio a atônitos parlamentares

“Pela manhã isto aqui (Congresso) é delegacia de polícia, à tarde é congresso revisor”.

Guiomar Prates

A frase não é de ninguém da esquerda, mas do deputado Gustavo Krause (PFL-PE) e demonstra que o Congresso encontra-se moralmente incapacitado para mexer na Constituição brasileira.

Mesmo com duas dúzias de deputados sob suspeita de corrupção e o protesto dos parlamentares comprometidos com a soberania nacional os revisionistas insistem em dar seguimento ao processo de modificações na Carta Magna.

Concretamente, porém, o assunto dominante no Congresso é a CPI e as sessões destinadas a discutir a reformulação constitucional encontram muita dificuldade para obter quórum. Foi prolongado o prazo para que os parlamentares requeiram que uma determinada emenda do regimento seja destacada.

A consequência prática é o atraso na votação do substitutivo do regimento, responsável pelas regras de funcionamento da revisão.

As denúncias de corrupção abalam a credibilidade das já combalidas instituições brasileiras. O Congresso, que adquiriu respeito com a aprovação do impeachment de Collor, precisa agora fazer uma depuração entre seus membros, apurando de forma consequente todas as de-

núncias. Pelo menos é o que pensa o Movimento Cívico Nacional Contra a Revisão Constitucional e os partidos políticos progressistas.

O PCdoB divulgou nota onde avalia o impasse criado com as denúncias, exige a apuração consequente dos fatos e julga “que está se criando uma situação no Brasil passível de impor a necessidade de uma reformulação profunda no Governo, no qual passem a ter força e presença decisiva as correntes nacionais e democráticas, comprometidas com a defesa dos interesses do povo, com a liberdade, a soberania nacional e o combate à corrupção”. (veja a íntegra da nota ao lado).

Para as entidades que se unem na luta contra a revisão constitucional as denúncias reforçam sua posição político-jurídica na medida em que acrescentam aos seus argumentos elementos em defesa da ética e da moralidade na gestão da coisa pública.

“A revisão constitucional envolve interesses que representam bilhões e bilhões de dólares. Não podemos admitir que a revisão seja decidida por parlamentares sob suspeição de corrupção na Comissão de Orçamento, que movimenta valores infinitamente menos significativos do que aqueles que estariam em jogo numa possível revisão”, afirma a nota divulgada pelo Movimento.

Ao reerguer a bandeira da ética na política, os anti-revisionistas conclamam os parlamentares a refletirem sobre a gravidade deste momento. “É preciso separar o joio do trigo, para o próprio

resgate do Congresso Nacional como instituição democrática”, dizem.

No Congresso Nacional desenvolve-se uma articulação com o objetivo de fazer com que a CPI apure apenas as evidências mais gritantes. A intenção é evitar que as investigações abalem profundamente o Congresso, seja pela quantidade de deputados e senadores envolvidos ou pela expressão parlamentar e partidária de muitos deles.

A limitação das investigações pretende conciliar o inconciliável: investigações que comprometem parlamentares e a revisão. Muitos parlamentares, entre os quais os acusados, estão mais interessados em ativar a revisão do que nas investigações, até pela contribuição que ela daria para o esquecimento mais rápido do escândalo.

Por outro lado, há a possibilidade de restringir a punição ao deputado João Alves, que todos dão como caso perdido, mas o interessado não concorda, e já avisou: “Não morro sozinho”, demonstrando disposição de dedurar seus comparsas.

A apuração rigorosa e a punição exemplar, no entanto, só virão com uma forte pressão sobre o Congresso Nacional. O escândalo é do mesmo nível ou até maior do que o que envolveu Collor/PC. Depois dele, o fugitivo sentiu-se à vontade para dar declarações à imprensa e afirmar que não é o único vilão.

Resta saber se as entidades da sociedade civil saberão compreender isso e encontrarão forças para colocar o povo na rua, garantindo uma saída para o impasse que interessa à nação.

Nota do PCdoB acerca dos recentes acontecimentos políticos

Sobre a situação atual, o PCdoB adota a seguinte posição:

1 - Considera que a revelação de um amplo esquema de corrupção envolvendo membros do Congresso, ministros, governadores e outras personalidades políticas caracteriza grave crise política e institucional e atinge o conjunto da nação descontente com os rumos que vem seguindo o país.

2 - A crise se manifesta no momento em que o Congresso tenta impor pela força a revisão constitucional para adaptar o país à nova ordem internacional ditada pelos banqueiros e monopolistas estrangeiros com o apoio dos conservadores internos. E, no momento, também, em que o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, obedecendo ordens do FMI, anuncia o aceleração das privatizações e procura aumentar impostos e cortar verbas de serviços públicos a fim de tentar corrigir o déficit orçamentário.

3 - A inflação continua em alta e a crise social atinge patamares elevados, o que provoca um clima de insegurança e mesmo de desespero entre largas camadas do povo.

4 - A nação vai tomando consciência de que esta situação não pode continuar - as elites di-

rigentes fracassaram e são incapazes de reverter o quadro dramático no qual vive o país.

5 - Em tal situação impõe-se a imediata suspensão da revisão constitucional para deter a tentativa de liquidação de conquistas nacionais e democráticas da Carta de 88. O Congresso atual, aos olhos do povo, e face às graves acusações que pesam sobre muitos de seus membros, torna-se suspeito e sem condições de prosseguir na inglória tarefa de rever a Carta Magna.

6 - O PCdoB apoiou a criação da CPI que investiga a corrupção no Orçamento da União e defende que ela tenha o tempo necessário para concluir rigorosamente suas apurações, com transparência e apoiada pela opinião pública nacional.

7 - O PCdoB julga que se está criando uma situação no Brasil passível de impor a necessidade de uma reformulação profunda no governo, no qual passem a ter força e presença decisiva as correntes nacionais e democráticas, comprometidas com a defesa dos interesses do povo, com a liberdade, a soberania nacional e o combate à corrupção.

CDM

4 - A nação vai tomando consciência de que esta situação não pode continuar - as elites di-

São Paulo
21 de outubro de 1993
Direção Nacional do
PCdoB

BANCADA Comunista

Na Justiça

Resultante da presença constante dos vereadores Ana Martins e Vital Nolasco, ambos do PCdoB de São Paulo, numa luta que vem desde o começo deste ano, o Diretório Regional do partido em São Paulo entrou na Justiça com Ação de Inconstitucionalidade contestando duas leis municipais nas quais o prefeito Paulo Maluf se baseia para tentar implantar a "Operação Urbana Faria Lima", projeto de mudança no zoneamento daquela região da cidade que permitiria comercializar até o espaço aéreo, construir prédios, desrespeitando o Plano Diretor da Capital.

Revisão

A Câmara Municipal de Cruz Alta (RS) aprovou manifestação de protesto apresentada pelo vereador José Martins (PCdoB) contra a revisão constitucional. Diz um trecho: "O momento é de garantir as conquistas obtidas na atual Constituição, através da regulamentação dos artigos pendentes".

Pesquisa

Em Uberlândia (MG), uma pesquisa feita pelo Instituto Power aponta a vereadora Liza Prado (PCdoB) como terceira colocada para deputada estadual, com 9% das intenções de voto.

Petrobrás

Os 40 anos de fundação da Petrobrás foram saudados pela deputada estadual Jussara Cony (PCdoB) em discurso na Assembleia Legislativa gaúcha. O pronunciamento foi apoiado e apertado por representantes de todas as bancadas da Assembleia e teve diversas autoridades assistindo do plenário, entre elas, diretores da Petrobrás, sindicalistas, dirigentes partidários e do Fórum em Defesa das Estatais. Foi prestada homenagem ao professor Euzébio Rocha, líder da campanha 10fândega a "Torre do

Petróleo", um monumento erguido na cidade pelos estudantes no começo da década de 60 em simbólica homenagem à campanha "O Petróleo é Nosso". A torre havia sido tirada da praça no tempo do regime militar e em 1986 o então prefeito Alceu Collares mandou recolocá-la, porém em local pouco visível.

Medicamentos

O deputado federal Edson Silva (PCdoB-RS) denunciou na Câmara dos Deputados o monopólio privado da indústria farmacêutica, manifestando preocupação com a possibilidade de se retirar da Constituição os mecanismos de defesa da economia popular. Edson citou artigo publicado no Correio Braziliense que informa que o setor farmacêutico é líder no abuso do poder econômico com 300 processos instaurados pelo Departamento de Proteção e Defesa Econômica do Ministério da Justiça.

Lembra Edson que "os medicamentos cujos preços foram liberados pelo governo tiveram reajuste médio de 1514% desde abril de 91, enquanto a inflação ficou em 708% no mesmo período". E lembrou ainda que além dos abusos, os laboratórios se negam a cumprir a medida do governo que determina a utilização dos nomes genéricos dos medicamentos.

Transporte

Em Goiânia (GO) o vereador Aldo Arantes (PCdoB), juntamente com 16 entidades sindicais e populares, entregou ao prefeito Darci Accorsi um dossiê sobre o transporte coletivo na cidade, denunciando os altos lucros das empresas e questionando a legalidade das linhas em funcionamento. Aldo pediu na Câmara a nulidade do contrato de concessão para exploração do transporte coletivo urbano no município e a realização de licitação pública para as 119 linhas operadas em Goiânia que atualmente estão irregulares. Pediu também ao prefeito a criação do Conselho Municipal de Transporte Coletivo.

Jamil agredido no Carandiru

O deputado estadual Jamil Murad, líder do PCdoB na Assembleia Legislativa paulista, foi brutalmente espancado por agentes penitenciários na Casa de Detenção de São Paulo, o Carandiru, quando acompanhava uma rebelião de presos ocorrida na madrugada do dia 15 de outubro. Diversos deputados manifestaram solidariedade a Jamil e pediram apuração dos fatos e punição dos responsáveis. Uma nota da Executiva Regional do partido em São Paulo diz num trecho: "Um numeroso grupo de funcionários da carceragem, sem apresentar qualquer justificativa, pôs-se a espancar o deputado, aos socos, tapas e pontapés. Confiantes de sua impunidade, sequer se importaram com a presença de jornalistas, que fotografaram e filmaram todo o episódio. Pode-se imaginar o que fazem quando sua vítima não é um deputado nem a imprensa está por perto."



ORLANDO KRISNER/FAE

Subordinação a toda prova

▼ O governo brasileiro deixou de cumprir uma meta acertada com o FMI - a de arrecadar 16 bilhões de dólares com as privatizações de estatais no ano de 1992. Sintomaticamente, a notícia passou despercebida à atenção imprensa brasileira

Edson Silva

Deputado federal pelo PCdoB-RS

O fato sugere muitas reflexões aos trabalhadores, historicamente os mais golpeados nestas circunstâncias. A começar pela notória ingerência de um organismo financeiro internacional na definição do que o Brasil deve fazer, como proceder e que resultados alcançar. O aparato estatal trata de executá-la, "soberana" e articuladamente, alheio às críticas, por mais bem fundamentadas que sejam. Para eles há uma resposta sempre na ponta da língua: "foi-se o tempo da ideologização".

No caso, a simplificada sentença tenta ocultar um dos mais polêmicos e desastrosos programas do governo - o de privatização de estatais - responsável por um gigantesco prejuízo, só comparável a outro igualmente causado pelo FMI - o que levou o Brasil a contrair uma dívida externa impagável, por mais que bilhões de dólares já tenham sido desembolsados no seu pagamento.

As duas instruções de política econômica - a da dívida externa e a das privatizações - estão relacionadas entre si e fazem parte de um cipoal de dominação que arrasta sempre mais o Brasil para trás, implicando um alastramento de graves dificuldades econômicas e sociais que parecem não ter fim.

Grande parte da dívida externa foi contraída a débito das estatais, contra as quais foram emitidos títulos que, entre outros, compõem a dívida da União, usados hoje como moedas podres na compra de estatais.

Convém lembrar que não se tratava de empréstimos para financiar o desenvolvimento, mas para rolar a dívida externa e cobrir vultuosos rombos no balanço de pagamentos.

Ainda que revoltante, não é de espantar que o patrimônio público,

alavancador de nosso crescimento econômico, esteja sendo liquidado a toque de caixa, açodadamente, sem ganhos reais para a Nação. O FMI não se incomodou com o descumprimento da meta estabelecida - os já referidos 16 bilhões de dólares.

Os tupiniquins brasileiros se revelaram mais realistas que o rei. Venderam 14 importantes estatais no ano passado: uma da área de transportes, três siderúrgicas, cinco empresas de fertilizantes, quatro participações na indústria petroquímica e uma beneficiadora de minério. Por elas receberam a bagatela, estrito sensu, de 2 bilhões, 415 milhões e 500 mil dólares; 99,98% em moedas podres, segundo a publicação do BNDES, Sistema de Informações, de setembro de 1993.

Escândalo. Há que se perguntar: Com esses resultados, como a administração pública irá - de acordo com a lei 8031, que define os objetivos centrais do Programa Nacional de Desestatização - "concentrar seus esforços na atividade em que a presença do Estado seja essencial para a consecução das prioridades nacionais", assim entendidas saúde, educação, ciência e tecnologia? Com 300 mil dólares recebidos em moeda viva na privatização de 14 estatais? O escândalo-prejuízo é inquestionável.

O efetivamente arrecadado, segundo a mesma fonte do BNDES, sequer paga o que o governo gastou em 1992 com publicidade - 53 milhões de dólares - para deplorar a imagem das estatais, apresentadas como obsoletas, inchadas, pouco produtivas. Verdadeiros elefantes, dizia a propaganda caluniosa.

O estratagema, não menos ardiloso, objetivava, num verdadeiro contrasenso, depreciar um valioso patrimônio, afinal vendido, como está sendo, bem abaixo de seu real valor econômico e patrimonial.

De tal maneira que, independente de novos investimentos (que não existem), as estatais estão produzindo regularmente e assegurando enormes lucros aos monopólios financeiros, sobretudo aos que as adquiriram em condições absolutamente vantajosas.

Para o tesouro da União, o ônus de ter investido dinheiro público sem o devido ressarcimento; para a Nação, o ônus de perder empresas que alavancaram o parque industrial brasileiro. E para os brasileiros honestos a tarefa de cobrar a punição criminal dos responsáveis por este desatino cometido contra o Brasil, o presente e o futuro do seu povo.

Direita impede quebra de sigilo bancário

O deputado Edson Silva (PCdoB/RJ) condenou a atitude arbitrária do presidente da CPI das Privatizações, deputado Ézio Ferreira (PFL-AM), que anulou o pedido de quebra de sigilo bancário e fiscal de 14 pessoas físicas e três jurídicas, envolvidas na execução do Programa de Desestatização. O requerimento, assinado por 15 parlamentares - entre eles o senador Amir Lando (PMDB/RO), relator da CPI -, foi aprovado na sessão de terça-feira, quando prestou depoimento o presidente da Comissão de Privatização, André Franco Montoro Filho.

"Nesse ritmo, a CPI vai se conduzindo para um desfecho que se resumirá a um simples relatório com parecer técnico", avaliou o deputado comunista. Segundo ele, a quebra de

sigilo é fundamental para as investigações em torno das irregularidades nas privatizações, já denunciadas na CPI.

Na opinião do parlamentar gaúcho, o presidente da CPI - acusado de envolvimento no escândalo da Comissão de Orçamento - perdeu uma boa oportunidade para mostrar que defende atitudes transparentes. Edson Silva considerou suspeita a atitude do assessor do BNDES, José Jacques, que saiu em pânico atrás de parlamentares para tentar reverter a situação - o que acabou acontecendo. Ele também levou a cabo a investigação. O deputado Ronan Tião (PMDB-MG) ou que, historicamente, defendem as privatizações, como o deputado Roberto Carlos Alves (PPR-RJ).

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

JOSÉ CARLOS ROCHA

▼ Responsável pela área de Ética e Legislação do Jornalismo na ECA-USP, o professor José Carlos Rocha trabalhou no *Jornal do Brasil* e na revista *Veja*. Estudou Sociologia da Comunicação de Massas na Sorbonne; Direito em Pernambuco; Ciências da Comunicação na Universidade de Paris, Comunicação e Ecologia Cultural no Ministério de Cultura da França e fez doutorado na Faculdade de Direito da USP. Como um dos coordenadores do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, o professor Rocha é um dos principais especialistas da teoria da comunicação do país

por Marcos Ruy

Classe- O que significa democratizar a comunicação num país como o Brasil?

Rocha- O setor das comunicações é por definição um setor social que não pode estar subordinado nem ao capital nem ao Estado. Na sociedade moderna, os meios de comunicação constituem os únicos veículos através dos quais se pode alcançar toda a população. Por isso, há o interesse do poder político constituído de ter os meios exclusivamente a seu serviço. Então, democratizar as relações de comunicação no Brasil significa um princípio de desregulamentação porque hoje existe uma comunicação extrema e rigidamente regulada por leis que vêm da ditadura que não têm

interesse no reconhecimento da capacidade de todas as pessoas, de todos os segmentos sociais e da comunidade como um todo, da sociedade ou do país de exercer uma comunicação que seja ao mesmo tempo livre e orientada pelos interesses gerais. No Brasil, primeiro é preciso desregular esse rígido controle das possibilidades de comunicação existentes, porque as relações de comunica-

ção são um fundamento da vida social e política de um país ou de uma população.

Classe- Realidade e ficção se misturam muito nos meios de comunicação?

Rocha- Democratizar as relações de comunicação é acabar com essa máquina de mistificação, essa máquina de mentiras, essa máquina de ilusões em que consiste o atual sistema de comunicação no país. A sociedade brasileira está sobrevivendo em cima de uma mentira fundamental que pega todos os setores da sociedade. Não é possível, por exemplo, o número de crianças que passa fome e de crianças assassinadas aumentar a cada dia, enquanto a dona Xuxa fica cantando na TV "todo mundo tá feliz". Essa engrenagem precisa ser legalmente desmontada para que o Brasil possa encontrar a si próprio e tentar resolver os seus problemas. Para isso, há necessidade de privatizar a *Rede Globo*, num certo sentido. Nos EUA, quem monta uma TV comercial é obrigado a montar outra de acesso público para a sociedade. Na Alemanha, os canais são comprados do governo. No Brasil, além de receber de graça, os concessionários não pagam impostos e recebem subsídios do governo. Com tudo isso, ainda não cumprem o que a lei determina como prioridade: a educação, as artes, a cultura e a informação.



SORAYA P. DA SILVA

Então qual a utilidade social desse sistema? Hoje fala-se muito em corrupção, mas pouco se fala da grande corrupção que existe quando se trata dos negócios da mídia. Por exemplo, no negócio da NEC, o senhor Roberto Marinho comprou uma empresa num dia por um milhão de dólares e na semana seguinte estava valendo 360 milhões.

Classe- É aí que entra Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação?

Rocha- Basicamente, o Fórum levanta a bandeira do projeto de lei da Informação Democrática, a defesa da instalação do Conselho de Comunicação Social criado pela Constituição de 1988, como órgão consultivo, que foi depois objeto de um acordo dos trabalhadores da comunicação, da sociedade civil e dos empresários da comunicação. Mesmo sancionado pela Presidência da República em 1991, o Congresso ainda não instalou esse Conselho. O Fórum está tocando também a discussão sobre a regulamentação da TV a cabo no Brasil. Agora, sobretudo com base na Constituição de 88, a pretensão é de regulamentar as relações de comunicação no país, estimulando as iniciativas da sociedade a fim de avançar na direção de impor a democratização da comunicação.

Classe- A revisão constitucional pode prejudicar o andamento desses trabalhos?

Rocha- Tem gente dizendo que a Constituição precisa acabar com algumas expressões fascistas de seu texto, dentre as quais o Conselho de Comunicação Social. Isso é extremamente lamentável. Aproveitando-se de uma revisão constitucional mal e porcamemente definida, estes setores conservadores mostram a sua verdadeira natureza de fé, que é monopolista, usurpadora, patrimonialista e cartorial. Querem implodir uma lei que ajudaram a criar. Em 1985, em Nova Iorque, houve uma reunião dos interessados no mercado de publicidade do Brasil e

lá se definiu, através da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) que no Brasil não haveria regulamentação das relações de comunicação. Com base na Constituição, a sociedade civil se mobiliza por suas entidades mais representativas e quer regulamentação das relações de comunicação no país. Mas eu não acredito que essa determinação reacionária prevaleça. Não interessa a ninguém manter o monopólio da comunicação, o Brasil já não comporta essa realidade ultrajante.

Classe- Como mudar essa realidade? A TV a cabo e as emissoras comunitárias resolvem?

Rocha- A TV a cabo precisa ser implementada no Brasil porque, apesar de beneficiar uma minoria, ela é fundamental para preparar o caminho do futuro e beneficiar toda a população. Outra questão é a possibilidade de rádios e TVs de âmbito municipal. Qualquer pessoa deve poder instalar a sua emissora de rádio ou TV, porque a comunicação pertence ao cidadão e a cidadania está onde está o cidadão, não está em Brasília.

Classe- Como se relacionam a ética e a política com a comunicação no Brasil?

Rocha- Na ética, vale a lei. E a lei, que é de 1967, favorece os donos da comunicação. O que a *Globo* faz não é crime, mas do ponto de vista ético é a coisa mais abominável do mundo. Já na política é necessário resolver o problema da comunicação social no Brasil para as instituições recobrem o seu caráter, a sua natureza e a sua vocação originárias. Porque as minorias, os negros, os mulheres e os trabalhadores não têm vez ou voz. O Brasil só sairá do atraso, quando houver democracia na comunicação.

MONOPÓLIO
DAS COMUNICAÇÕES
IMPEDE PAÍS
DE RESOLVER
PROBLEMAS

É PRECISO
PRIVATIZAR
A REDE GLOBO
PARA DAR VOZ
A MAIORIA

Lei da Informação Democrática

O projeto lei da Informação Democrática estabelece principalmente que não haverá nenhuma restrição à liberdade de informação jornalística; que emissoras de rádio e TV, de alcance municipal, sem fins lucrativos, poderão ser instaladas mediante registro no cartório local; que ninguém poderá controlar mais de 30% da comunicação social de um Estado ou no país, pondo fim ao monopólio. Os trabalhadores da área poderão invocar a cláusula de consciência contra tarefas contrárias à ética profissional e ao interesse público e 40% da programação das emissoras de rádio e TV serão ocupadas por produção local e regional. O projeto de lei, que ficou conhecido como Lei Zaire Rezende (2735/92), tramita no Congresso desde 9 de abril de 1992 e conta com apoio dos setores progressistas do Congresso Nacional.

CDM
Centro de Estudos e Memória
Fundação Maurício Grabois

O novo ciclo da

▼ De dois anos para cá o Brasil tem recebido um volume crescente de recursos externos em empréstimos e investimentos em ações de suas empresas. A dívida externa volta a crescer de forma acelerada. As consequências podem ser desastrosas

Dilermando Toni

Fernando Henrique Cardoso e sua equipe amiam as viagens aos Estados Unidos, Europa e Japão com a finalidade de integrar ainda mais o Brasil na economia capitalista mundial, no diapasão dos banqueiros internacionais. Cuidam de finalizar os péssimos acordos da dívida externa velha, feitos por Marcílio Marques Moreira, partindo da idéia: devo não nego e pago quando vocês quiserem. Por outro lado, buscam avidamente dinheiro novo, empréstimos e investimentos. Dando um balanço de suas andanças pelo mundo FHC chega a dizer que "vai chover dinheiro no Brasil".

Quando à dívida antiga o Brasil segue pelo caminho do chamado Plano Brady, adotado pelo México, Argentina e Chile entre outros, que não é outra coisa senão a viabilização do pagamento dos débitos assumidos há mais tempo, através de seu alongamento com menores riscos e maior segurança para os credores.

A negociação é conduzida de forma a nos impor, como se tem feito aos demais países dependentes todo o projeto neoliberal: privatizações, maiores facilidades para a importação e para os setores exportadores, reajuste fiscal para tentar zerar o déficit público, etc., com a finalidade de conseguir certa estabilidade e a diminuição da atual taxa de inflação que ronda os 40% ao mês.

Por outro lado, o que há de novidade e precisa ser destacado, é que tais reformas - mesmo que ainda não completas - atuam como condições necessárias, como base, para novos aportes de capital estrangeiro, sob novas formas, que vão substituindo os empréstimos bancários tradicionais e abrindo uma nova etapa de endividamento externo, fechando desta maneira o círculo do projeto neoliberal.

Do total da exportação de capitais de longo prazo

dos países imperialistas para os países dependentes os empréstimos dos bancos comerciais representavam 46,1% em 1981; já em 92 não passaram dos 13,6% segundo dados do Banco Mundial.

País cobiçado. O Brasil já é o líder na América Latina na captação desse novo tipo de capitais externos. De janeiro a agosto deste ano entraram no país US\$ 17,357 bilhões que correspondem ao montante de todo o ano passado e a mais de 3 vezes o que entrou em 1990. A "chuva de dinheiro" pretendida pelo ministro já começou e vai provocando os seus estragos.

Pelas tabelas número 1 e 2 se nota claramente que o volume, cada vez maior, está concentrado exatamente nos investimentos em portfólio que são as aplicações em ações nas Bolsas e em títulos de renda fixa do governo, e na venda de bônus de empresas brasileiras no exterior, notadamente na Europa (eurobônus): juntos perfazem dois terços do total nos primeiros oito meses de 93.

O Banco Central considera como investimento as aplicações de capital externo em ações nas Bolsas de Valores e em títulos do governo. Na realidade uma modalidade de empréstimo altamente especulativo, devido ao curto espaço de tempo em que estes capitais permanecem no país e ao alto lucro que auferem.

Tão escandalosa é a especulação que o governo chegou a proibir que o capital estrangeiro comprasse os seus papéis de curto prazo mas isto tem sido facilmente burlado. O contraste deste capital de especulação com os investimentos externos diretos é brutal: 16,7 vezes maior agora em 1993, conforme mostra a tabela 1.

Crescimento da dívida. Entre 1980 e 1990 o Brasil pagou aos credores externos um total de US\$ 163,5 bilhões, sendo US\$ 105,7 de juros mais US\$ 57,8 bi-

lhões de amortização. Apesar disto a dívida cresceu 88,5% no período: de US\$ 64,2 bilhões em 1980 para US\$ 121 bilhões em 1990. Considerando-se o período de 9 anos, de 1983 a 1992, foram pagos US\$ 130,1 bilhões.

Agora, ao lado dessa dívida antiga, vai se contraindo aceleradamente uma nova dívida, que já ultrapassa os US\$ 37 bilhões a partir de 1990 até agosto último, algo próximo da quantia que o governo negocia atualmente com os banqueiros privados internacionais. Esse número é obtido ao se somar o que entrou nas Bolsas e outras aplicações mais os empréstimos em moeda mais as operações de aluguel mais os pagamentos antecipados da exportações, na tabela número 1.

Segundo o Banco Central, a dívida externa total, em dezembro de 92 era de US\$ 135 bilhões dos quais US\$ 95,263 bilhões devidos pelo setor público e US\$ 39,784 pelo setor privado. Hoje a dívida externa brasileira supera os US\$ 151 bilhões e no fim do ano deverá bater na casa dos US\$ 160 bilhões. A maior entre todas as dívidas dos países dependentes.

Por que a dívida cresce. Em primeiro lugar a existência em nível internacional de um volume muito grande de capitais excedentes. A farta liquidez de capitais atual guarda semelhança com a situação dos anos 70, quando foi contraído o grosso da dívida velha, e se deve sobretudo à política monetária adotada pelo Federal Reserve Board (FED), o banco central dos EUA em 1990.

A redução da taxa de juros americana visava a expansão da economia daquele país em forte recessão. Essa taxa continuou baixa em 91,92 e agora em 93, "em termos reais até abaixo da média histórica", como assinala o professor Paulo Nogueira Batista Junior.

Em segundo lugar, as altíssimas taxas de juros praticadas no Brasil, que já chegaram a ser sete ou oito vezes maiores que as do exterior. O governo chegou a colocar os seus títulos de curto prazo a uma taxa de 40% ao ano enquanto a taxa londrina (Libor) situa-se no patamar dos 5%. Hoje ainda são quatro a cinco vezes maiores. Alia-se a isto às facilidades de todo o tipo (liberalização) à movimentação de capitais, muito maiores no Brasil que no Chile, por exemplo.

É a possibilidade de ganhar rios de dinheiro na "arbitragem" entre as taxas internas e externas que tem feito com que o capital abundante em nível internacional se dirija ao país.

O governo entra nesse jogo, mantém altas as taxas de juros internas a fim de captar dinheiro e pagar as dívidas. Mantém a moeda nacional desvalorizada em relação ao dólar para baratear os produtos brasileiros de exportação.

Faz o jogo infernal do quanto mais paga mais fica devendo. A "criativa" solução encontrada é transferir capital fixo de sua propriedade (leilando empresas estatais), e rendas dos trabalhadores (via arrocho salarial, inflação e aumento dos impostos) para as mãos dos detentores das dívidas.

Recursos externos

Discriminação	US\$ bilhões	
	1990	1991
1. Investimentos	688	1.455
Portfólios	171	760
Diretos	517	695
2. Empréstimos em moeda	1.045	-
Bônus e Notes	54	1.507
Commercial Paper	586	1.083
Resolução 63	-	6
FIRCE	405	470
Securitizações	-	276
Renovações	-	364
3. Financiamentos	2.882	4.160
Registradas	813	858
Autorizadas	2.069	3.302
4. Leasing e Aluguel	752	1.519
5. Pag. antec. export.	-	85
6. Total	5.367	11.627

* De janeiro a agosto
FONTE: Banco Central

Modificações nos recursos captados pelo Brasil (% do total)

Modalidades Principais	1990
Investimentos Diretos	9,9
Aplicações nas Bolsas	3,3
Bônus e Títulos	1,1
FMI, BIRD, BID, etc	24,8
Suppliers' credits	27,0
Leasing	14,6
Total - US\$ bilhões	5,14

* Até meados de agosto
FONTE: Octávio de Barros

Investimento estrangeiro direto no Brasil (Até dez/92)

País	US\$ bi	%
EUA	23,428	32,3
Alemanha	9,423	13,0
Japão	6,850	9,5
França	4,145	5,7
Inglaterra	4,051	5,6
Canadá	3,967	5,5
Itália	3,634	5,0
Holanda	3,517	4,8
Suíça	2,841	3,9
Suécia	1,458	2,0
Outros	9,168	12,7
Total	72,489	100,0

FONTE: Octávio de Barros.

Por que a elite grita

Pelo estardalhaço que fazem as elites brasileiras os menos avisados poderiam pensar que realmente o capital estrangeiro é discriminado no Brasil e que, em função disto, teria sentido modificar a Constituição brasileira atual pois nela estariam assentadas as bases legais da "xenofobia nacionalista". Os números dizem exatamente o contrário. Segundo estudo do economista Octávio de Barros da Unicamp, o investimento direto externo no Brasil atinge US\$72,5 bilhões, ou 5,1% do PIB. Se consideradas as aplicações e reaplicações no mercado

de capitais, ou seja, nas bolsas) o que permite afirmar que o Brasil detém o maior estoque de capital estrangeiro entre os países do chamado Terceiro Mundo. Um número quase que o dobro dos US\$ 40 bilhões apresentados pelo Banco Central. A tabela 3 mostra a distribuição dos investimentos diretos segundo o país de origem. Da lista dos 500 maiores grupos internacionais publicada pela revista Fortune, 400 já estão no Brasil. O capital estrangeiro já esta respondendo por 42,1% do faturamento das 500 maiores empresas privadas no Brasil, num universo de empresas que de participação Vale notar que apenas 4,2% das empresas localizadas que demonstram associação e no e o capital número moste que a burguesia tem nem próprio para do país. Pelos resses adotação são total da oligarquia cional/FMI..

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

da dívida externa

Recursos externos no Brasil

US\$ bilhões

Origem	1990	1991	1992	1993*
Captação	688	1.455	5.188	7.380
Reservas	171	760	3.864	6.963
Outros	517	695	1.324	417
Em moeda	1.045	-	-	6.341
Em bens	54	1.507	4.833	4.277
Em serviços	586	1.083	1.190	213
Transferências	-	6	856	533
Outros	405	470	922	531
Reservas	-	276	30	336
Outros	-	364	148	451
Juros	2.882	4.160	2.332	2.343
Outros	813	858	447	321
Total	2.069	3.302	1.885	2.022
Aguel	752	1.519	1.173	417
Export.	-	85	1.119	876
Total	5.367	11.627	17.791	17.357
Posto Central				

Classificações nos recursos captados pelo Brasil

(% do total)

Principais	1990	1993*
Diretos	9,9	3,8
Bolsas	3,3	42,0
Outros	1,1	26,6
D, etc	24,8	3,7
Outros	27,0	0
Outros	14,6	5,1
Outros	5,14	16,98

em agosto de Barros

elite grita

(seja, nas bolsas) firmar que o Brasil maior estoque de dinheiro entre os países do Terceiro Mundo quase que o 40 bilhões apre- Banco Central. A ra a distribuição tos diretos segun- gem. O maiores grupos publicada pela re- 400 já estão no al estrangeiro já do por 42,1% do as 500 maiores adas no Brasil,

num universo que abrange 8.576 empresas que detém algum grau de participação estrangeira. Vale notar que deste universo apenas 4,2% são filiais de empresas localizadas no exterior, o que demonstra o alto índice de associação entre o capital externo e o capital brasileiro. Esse número mostra inequivocamente que a burguesia brasileira não tem nem poderia ter um projeto próprio para o desenvolvimento do país. Pelos seus próprios interesses adota a postura de submissão total do país aos ditames da oligarquia financeira internacional/FMI..

Brasil mais vulnerável

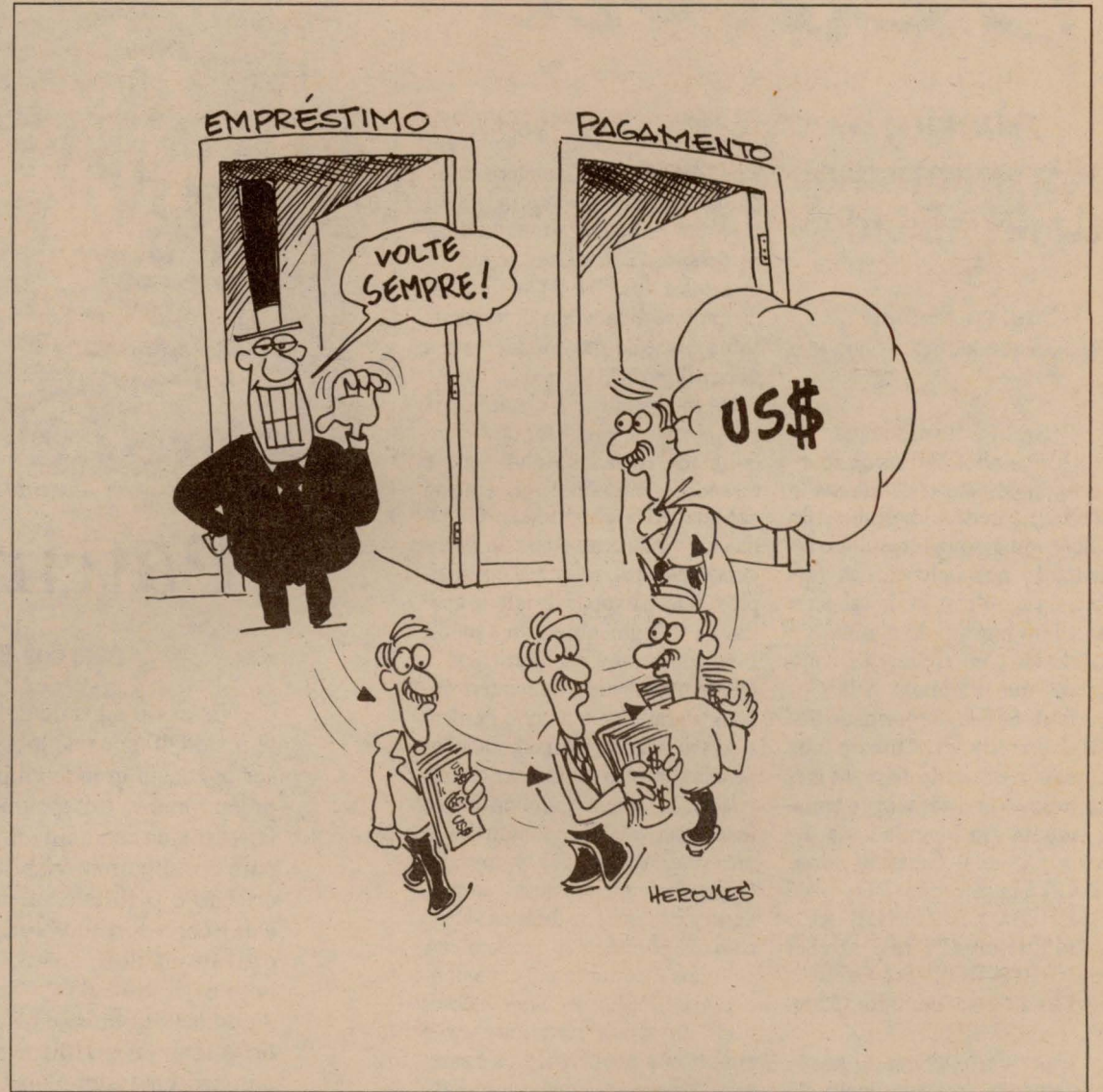
Em agosto de 1991 a Petrobrás emitiu US\$ 250 milhões de eurobônus, vendidos em Londres numa operação coordenada pelo banco americano Chase Manhattan, com prazo de dois anos e rentabilidade de 13,5% ao ano fora a comissão do Chase. Estava aberta desta forma uma nova e explosiva fase de fluxo de divisas estrangeiras, após quase uma década de interrupção. Foi o reinício do mergulho profundo do Brasil no perigoso mercado financeiro global.

De lá para cá, a Petrobrás, a Telebrás e o Banco do Brasil juntos já captaram cerca de US\$ 3 bilhões através deste instrumento. Mais de 40 bancos particulares e umas poucas empresas privadas fizeram o mesmo. Em pouco mais de dois anos, a partir de 91 essa corrida desenfreada conseguiu apurar mais de US\$ 11 bilhões em bônus.

Por outra parte, também em meados de 92 o governo Collor passou a permitir que estrangeiros, pessoa jurídica ou física, investissem nas Bolsas de Valores brasileiras, através do chamado Anexo IV do Conselho Monetário Nacional. As ações das empresas estatais têm sido particularmente preferidas devido a seu baixo preço de mercado em relação a seu valor patrimonial e o lucro que isso possibilita no jogo das Bolsas, particularmente com a previsão da quebra do monopólio estatal das telecomunicações e do petróleo.

Os investidores estrangeiros já são responsáveis por 20% da movimentação da Bolsa de São Paulo. Um deles, o norte-americano Kent Wilson disse que "nas Bolsas brasileiras estão as melhores pechinchas do mundo".

1970 e agora. O processo de endividamento que ocorre atualmente guarda particularidades que o diferenciam bastante do de 1970. E para pior. Os prazos são



incomparavelmente menores, a grande maioria dos eurobônus vence em menos de três anos. Os juros destes papéis são de duas a três vezes maiores que os do mercado internacional.

Todos os bônus brasileiros são colocados no mercado internacional de capitais por bancos estrangeiros (Citibank, Crédit Suisse First Boston, Chase e outros), que auferem imensos lucros nas transações. Além do mais pelos contratos esses papéis podem ser resgatados a qualquer momento. Também distinto dos anos 70 é o fato de que os tomadores dos empréstimos são basicamente as empresas estatais e privadas e não diretamente o governo. Este garante o negócio e com sua política permite a conversão do câmbio. No final das contas acaba tendo que pagar a conta.

A opinião insuspeita do con-

servador economista Afonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central mostra o que esse processo representa. Diz ele: "O dinheiro da captação com bônus, commercial papers, notes, as operações 63 e de securitização, os empréstimos inter-companies e o ingresso de capital estrangeiro nas Bolsas de Valores não trazem nenhum benefício para o país. São recursos inúteis que não têm outra finalidade a não ser gerar lucro através da diferença de juros internos e externos e só contribui para aumentar o déficit público."

Assim como na euforia dos anos 70 os tecnocratas de plantão só vêem vantagens no dinheiro fácil que é oferecido ao país. Mas qualquer alteração a nível internacional a "torreirinha será fechada", a corda quebrará do lado mais fra-

co e o país terá um imenso prejuízo.

Como alertam alguns estudiosos, a história da América Latina não deixa margem à dúvida. Os grandes episódios de afluxo de capital durante os anos 20 e 70 foram seguidos por grandes crises econômicas e por massissas saídas de capital, nos anos 30 e 80.

Enganam-se aqueles que pensam que o Plano Brady vai resolver os problemas da dívida brasileira. Dentro em breve a crise ressurgirá ainda mais forte.

Sem uma ruptura com esse relacionamento inteiramente submisso das classes dominantes com o capital financeiro internacional a dependência do país aumentará, o desenvolvimento permanecerá atrasado e deformado, a imensa maioria dos brasileiros continuará jogada na pobreza e na miséria.

Novos termos, velha dominação

Milhares de novos tipos de títulos e expedientes de captação de recursos passaram a frequentar o mercado financeiro. Vejamos alguns exemplos: **Fundos** - formam-se para as aplicações nas Bolsas de Valores. Existem fundos abertos, onde quem quiser entra e sai a qualquer hora, fechados, com cotas transformadas em ações e negociadas nas Bolsas externas. Fundos para um só país ou para uma região, fundos mútuos, de alto risco (que compram papéis da dívidas, p.ex.), fundos com prazo certo ou não para acabar, fundos criados para grupos específicos de investidores,

etc, **Resolução 63** - permite que instituições financeiras autorizadas operem com câmbio contratando diretamente empréstimos externos a serem repassados internamente. Os maiores usuários deste expediente são os bancos que emitem bônus e repassam o dinheiro a juros mais altos. **Suppliers credit** - é o crédito à importação concedido pelo próprio fornecedor, nas famosas operações casadas. **Commercial papers** ou CP - são títulos que definem uma obrigação direta do emissor com o portador dos papéis, seu lançamento não depende de intermediação de

instituições financeiras. É muito utilizado pelas multinacionais. **Force número 10** - terminologia do Banco Central que define as operações de empresas não financeiras do país com instituições estrangeiras sem o lançamento de títulos. **Eurobônus** - são o principal instrumento de captação do Brasil desde o retorno do país ao mercado internacional de capitais. Atualmente o prazo mínimo é de 3 anos para as emissões. Por se tratar de emissão em moeda estrangeira, os eurobônus exigem que o tomador brasileiro ingressa no Brasil através de uma operação de câmbio de dólares por

cruceros. Este enorme fluxo de divisas tem sido um foco permanente de aumento da oferta monetária e portanto de inflação. O Banco Central tem aumentado as reservas do país com base nessa troca. Com as elevadíssimas taxas de juros internas e o câmbio fixo com base na inflação passada, cada bilhão de dólares que entrou no país em janeiro de 92 representava US\$ 1,4 bilhão no fim do ano. Neste período o Brasil perdeu US\$ 8 bilhões com essa operação.

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois (Informações da Gazeta Mercantil de 17/09/93).

TEMA EM

Debate

Aborto: obscurantismo da ilegalidade

Jandira Feghali

Deputada Federal pelo PCdoB-RJ

O Brasil é hoje detentor de um dos mais altos índices de aborto do mundo; são realizados aos milhões na rede clandestina de clínicas, quando não resultam de orientação nos balcões das farmácias, da utilização de talos de plantas ou mesmo de agulhas de tricô. Estou como relatora do oito projetos que tramitam pela Comissão de Saúde, Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, e que, de diversas formas, buscam legislar sobre o tema. Os autores são vinculados a diversos partidos, Eduardo Jorge (PT-SP), Luis Moreira (PTB-BA), Gilvam Borges (PMDB-AP), Sandra Starling (PT-MG), Nobel Moura (PTB-RO), José Genoíno (PT-SP) e Celso Bernardi (PPR-RS).

Considerando as diversas contribuições do Parlamento, de organizações da sociedade e a realidade concreta, estou formulando um parecer pautado numa visão ética, democrática e de saúde pública. E pergunto inicialmente, porque tantos abortos são realizados? Por prazer? A gravidez indesejada representa um sofrimento e a sua interrupção uma solução difícil e dolorosa. Na verdade, na maioria dos casos, o aborto tem como causa a falta de opção e o desespero. Inúmeras são as empresas que exigem teste negativo de gravidez, ou atestado de laqueadura tubária para admissão e permanência no emprego. Grávidas são ilegalmente demitidas. Não existem creches para os filhos das trabalhadoras. O mercado de trabalho é restrito, os salários são baixos, a miséria assola milhões de famílias. Segundo estudos já publicados, em algumas regiões do Brasil meninas se prostituem a partir dos oito anos de idade. 50% dos estupros em São Paulo são praticados pelos próprios pais biológicos na intimidade do lar.

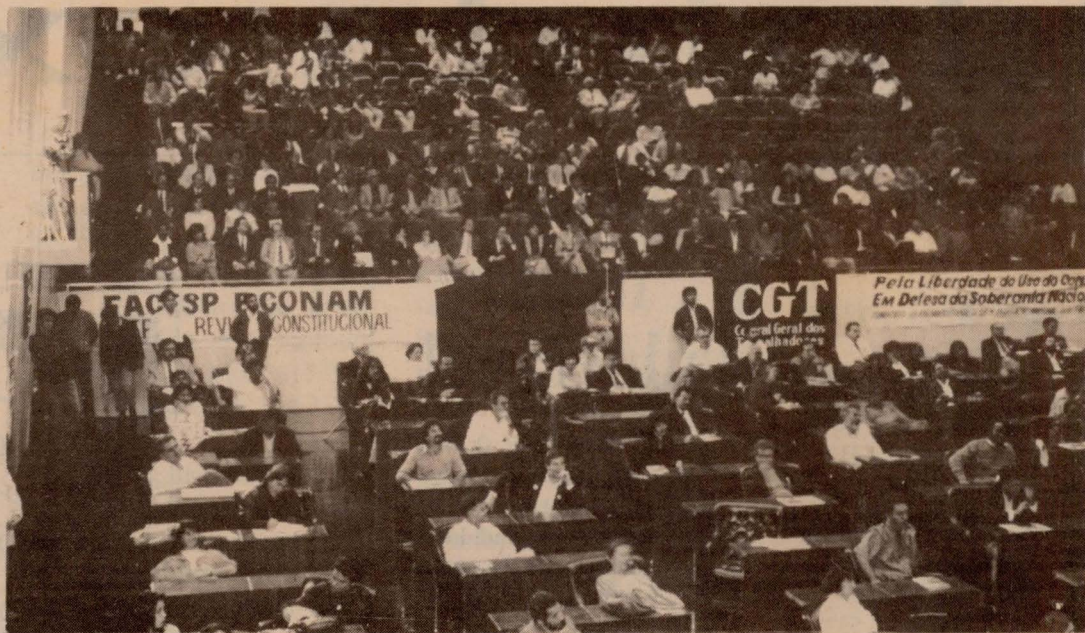
O Estado é omissivo, não há serviços de saúde de atendimento à mulher, inexistem informações sérias e planejadas sobre a reprodução, fertilidade e contracepção. Vários métodos contraceptivos são caros e muito falhos. Mulheres são frequentemente abandonadas. Estas e outras razões levam à gravidez indesejada. O caminho trilhado no obscurantismo é a de centenas de milhares de mortes/ano de mulheres geralmente pobres. O aborto nessas condições está hoje colocado como a quinta causa de internação hospitalar e a terceira causa de mortalidade materna. Ora, todos conhecem esses dados. Os governos, as polícias, as igrejas, a Justiça, o Parlamento, todos! Ape-

sar disso, as mulheres continuam morrendo. O Código Penal em vigor data de 1940, mantém como crime a prática do aborto. O sol continua brilhante e quente, mas as peneiras continuam sendo os protetores dos olhos! Como encarar uma realidade tão dramática? sob a ótica da moralidade, sob a ótica religiosa? O Estado é laico e a sua independência e autonomia em relação à Igreja foi uma conquista da sociedade civil, que é essencialmente plural. A Igreja está contida nesta pluralidade. Os cidadãos vinculam-se ou não às diversas crenças, religiões e princípios. A lei não pode dirigir-se apenas a um segmento e sim a todos. É norma geral e não particular.

As mulheres que interrompem a gravidez e as que perdem suas vidas nas precárias condições de atendimento podem ser ou não cristãs. A Igreja Católica nunca teve uma posição conclusiva e unânime. Através dos tempos, teólogos defenderam teses controversas, e o conceito de ética variou com os parâmetros econômicos, culturais e políticos em cada período histórico. Hoje, não podemos falar em ética sem garantir a eliminação dos privilégios e assegurar o respeito à convicção individual, às liberdades democráticas, à defesa da vida com qualidade. O aborto não é um método contraceptivo, e deve ser desestimulado. O relatório que apresentamos não impõe nenhuma prática, apenas permite a opção pela interrupção da gravidez como um direito da cidadania, retira da lista dos crimes suprimindo-o do Código Penal, regulamentando o atendimento público digno às mulheres que o realizam, e aponta várias situações de risco para a gestante e para o feto, em que a opção pelo aborto se faz essencialmente necessária.

As políticas do Primeiro Mundo e as oficiais internas sempre se basearam na prática da imposição do controle sobre o corpo das mulheres como a esterilização em massa e as pesquisas hormonais. Cabe às cidadãs e cidadãos decidirem se querem ou não procriar e o momento de fazê-lo. Retirar o aborto do Código Penal não aumentará o número de casos, mas certamente diminuirá o índice de mortalidade. A redução do número de abortos depende da intervenção do Poder público em oferecer alternativas à sociedade, particularmente serviços de saúde direcionados pra regulação da fertilidade. Como nos omitirmos diante de uma realidade tão vergonhosa? Qual o fundamento ético que perpassa a impunidade e a ilegalidade da indústria do aborto? Em nome da "defesa da vida" e de um conceito estático e etéreo de ética, perpetua-se a morte. Como considerar criminosa ou levar para a prisão uma mulher que interrompe voluntariamente a gravidez?

O debate continua aberto. A sociedade está chamada a opinar.



600 pessoas na Assembléia Legislativa de SP em defesa da Petrobrás

Patrimônio nacional

Marcos Ruy

"Estes 40 anos de defesa da Petrobrás têm sido 40 anos de luta porque os adversários, desta grande empresa e deste empreendimento excepcional do povo brasileiro, nunca cederam um momento na luta para conseguirem viabilizar e dificultar a criação e o fortalecimento da empresa", este trecho do discurso, do presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, ilustra bem o significado da Sessão Solene: 40 Anos da Petrobrás - em defesa do monopólio estatal do petróleo, ocorrido dia 8 de outubro, na Assembléia Legislativa de São Paulo. Num momento de pico estimou-se a presença de aproximadamente 600 pessoas à Sessão Solene, que teve início às 21 horas e encerrou-se por volta de 24 horas.

Além de Amazonas, estiveram presentes no ato: o senador Eduardo Suplicy (PT-SP); o deputado estadual Jamil Murad (PCdoB-SP; Durval Carvalho, vice-presidente nacional da CUT; o presidente estadual do PT-SP, Arlindo Chinaglia; vários membros da diretoria da Petrobrás; entre outros. Também se

fizeram presentes as entidades: OAB, ABI, SBPC, UNE, Ubes, CUT, CGTs; Sindicatos dos Petroleiros de São Paulo, Cubatão, Mauá, São José dos Campos e Campinas; Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet); e diversas outras entidades.

Em seu discurso, o deputado Jamil Murad ressaltou a forte campanha neoliberal pela privatização da Petrobrás. Ele argumentou que a Petrobrás é altamente lucrativa e que "de janeiro a maio deste ano a empresa apresentou um lucro líquido equivalente a US\$ 180 bilhões". Para Jamil, "os argumentos de ordem econômica e política só depõem a favor da manutenção do petróleo estatal e da Petrobrás. Há 40 anos o petróleo é nosso." O Sindicato dos Petroleiros resumiu numa faixa o sentido de se defender a Petrobrás: "nossa luta é o símbolo de resistência de um povo que não se entrega". Mas, contudo, segundo João Amazonas, "a ameaça que pesa sobre a Petrobrás está relacionada com a grave ameaça que pesa sobre a nação brasileira." Por isso defender a Petrobrás é defender o Brasil.

Terra para produzir

Marcos Ruy

No dia 8 de outubro, segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cerca de 2.500 famílias ocuparam as fazendas Jangada e Ribeirão do Bugre, em Getulina, interior de São Paulo. Vindos de 24 cidades do interior do Estado, os camponeses fizeram isso para forçar o Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) a fazer uma vistoria nessas propriedades da família Ribas. Para o diretor estadual do MST, Sandro Silvanto Cavini, os sem terra querem que "a lei de reforma agrária seja cumprida." Para Cavini é necessária a criação de uma política agrícola que resolva o problema da falta de terra no Brasil. "O MST não deseja a ocupação, mas os lavradores precisam sobreviver", afirma. Já o coordenador nacional do MST, Lino Prado, ressalta o apoio da população a essa ocupação. Segundo ele, isso ocorre porque a família Ribas não vive em suas propriedades deixando-as ao "deus-dará". O assentamento realizado em Promissão, nessa mesma região, após ocupação da fazenda Reunidas, em 1987, é lembrado por Cavini como importante para esse apoio. É que hoje as "638 famílias assentadas repre-

sentam 25% do ICMS da cidade e detêm 35% da produção agrícola de toda a região", diz.

A família Ribas conseguiu uma liminar de reintegração de posse das fazendas, em 9 de outubro. Mesmo assim, os sem terra decidiram permanecer acampados até encontrar uma solução negociada para o conflito. A Justiça determinou desocupação das fazendas, até o dia 18, porém os lavradores continuaram acampados. Para o representante dos sem terra, Antonio Werneck, os ocupantes não se dispuseram a sair sem um acordo firmado.

Em reunião, no dia 20 de outubro, com a participação dos secretários de Estado, Antonio Corrêa Meyer, da Justiça, Michel Temer, da Segurança Pública, do juiz Marcelo França de Siqueira e Silva, do advogado dos fazendeiros, Régis Tortorello, do bispo diocesano de Lins, d. Irineu Danelon e dos líderes da ocupação. Nessa reunião ficou acertado um encontro com o superintendente do Incra, Osvaldo Russo, no dia 21, para encontrar uma área alternativa para os sem terra. Segundo o coordenador estadual do MST, Nilson Costa, foi uma grande vitória. Mas isso é muito pouco, diante dos latifúndios existentes no país.

Ubes faz congresso unitário

▼ A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas realiza seu 30º Congresso entre os dias 29 de outubro e 1º de novembro. Cerca de cinco mil delegados são esperados no Centro de Convenções no Anhembi, em São Paulo.

por Guiomar Prates

Fundada em 1948, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas representa os estudantes de primeiro e segundo graus de todo o Brasil. Em 1964, com o golpe militar, a UBES foi colocada na ilegalidade.

Em 1979 começa o processo de reconstrução, que é concluído com o congresso realizado em 1981. A partir daí, a entidade passa a cumprir papel importante no cenário político.

Há três anos atrás, a UBES foi dividida e duas diretorias paralelas passaram a responder por ela, o que enfraqueceu o movimento dos secundaristas. No ano passado formou-se uma diretoria de consenso, que esteve à frente das lutas pelo impeachment, obteve a importante vitória da meia-entrada em vários estados e agora realiza este 30º congresso.

Para falar sobre a perspectiva da entidade e de seus problemas, conversamos com Joel Benin, coordenador nacional da tese *Declare guerra a quem finge te amar*. Estudante em Florianópolis (SC), Joel acredita que a UBES consolidará sua unidade neste congresso.

Classe - Qual é a expectativa para esse congresso da UBES?

Joel - Nós temos a expectativa de que esse seja o maior congresso desde a reconstrução da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Nós, da tese *Declare guerra a quem finge te amar*, já estamos em processo de tirada de delegados em todo o país.

Classe - Quais são as principais propostas dessa tese?

Joel - Esse congresso apresenta alguns desafios. Temos pela frente a tentativa da revisão constitucional e, neste momento, a UBES, como outras entidades populares, deve fazer um grande movimento para tentar impedir o golpe da revisão, que só interessa às elites nacionais, aos grandes banqueiros e àqueles que representam aqui a vontade do imperialismo. Eles

pretendem ver na Carta Magna da Nação a cartilha editada pelo FMI. Essa revisão visa acabar com os direitos sociais duramente conquistados em 1988. E mais, vai atingir em cheio a juventude. Já questionam, por exemplo, o voto aos 16 anos; a educação pública também vai ser atingida, já esta sucateada, e a intenção é desmoralizá-la, visando a privatização. Por isso esse tema deve dominar a discussão política do 30º Congresso.

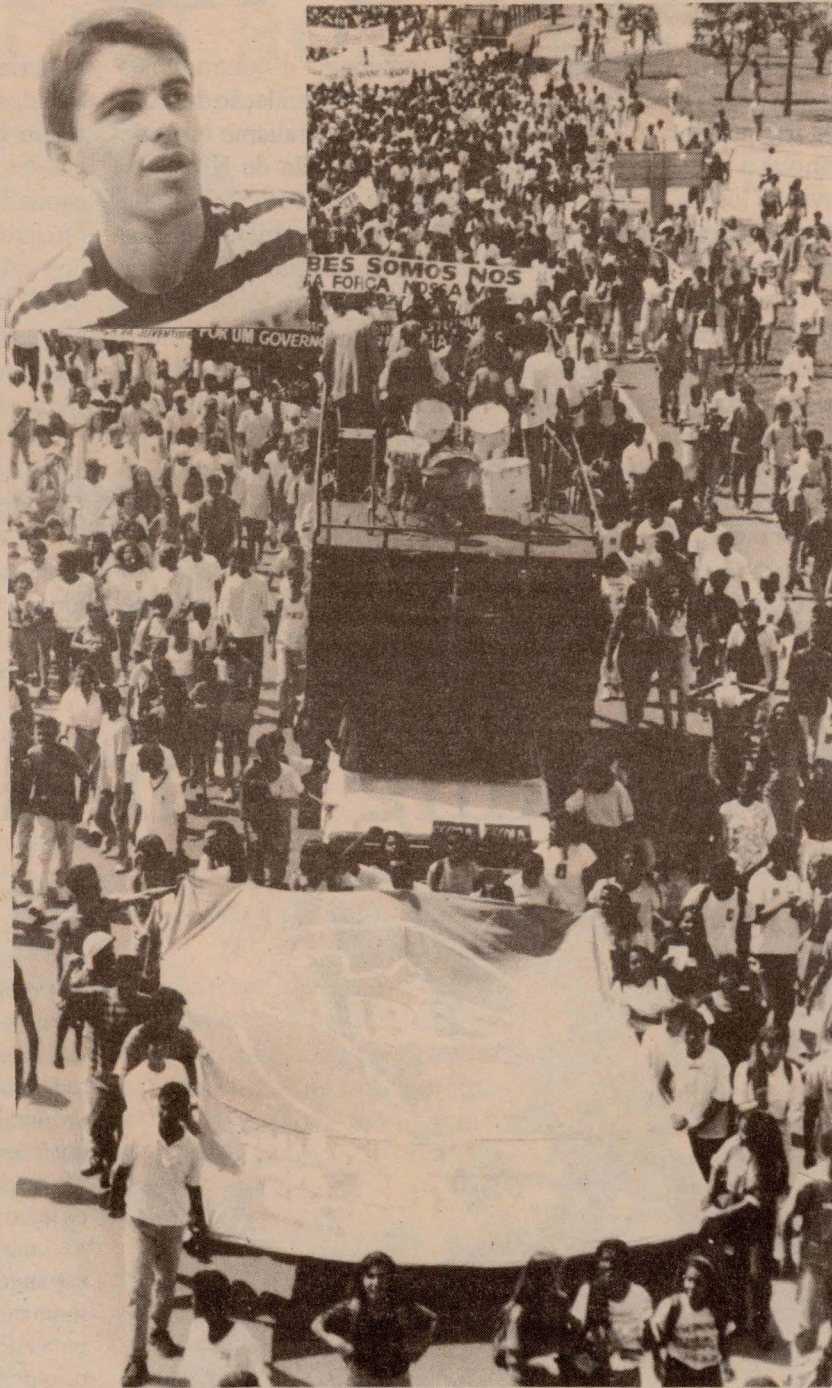
Por outro lado, o governo federal, através de FHC, desenvolve um projeto de cortes nos setores públicos, que atinge a educação. Com isso o ensino público perde muito. A UBES deverá procurar responder a esse projeto, com propostas que possam defender a escola pública.

Classe - Como você avalia esta última gestão da UBES?

Joel - A UBES vem de uma gestão que podemos avaliar da seguinte forma: ela conseguiu participar da luta pelo impeachment, da greve geral do dia 4 de maio, encaminhar várias lutas a nível nacional e isso deixou um saldo positivo. Mas ainda ficaram a desejar em outros aspectos. Acreditamos que a UBES deve ser uma entidade que consiga ter uma ligação maior com as entidades de base, deve ser mais ágil e planejar a ação junto aos grêmios, com as entidades estaduais e municipais. Deve fazer com que a sua política seja traduzida através do seu material de imprensa, muito desfalcado nessa gestão. Também deve ser uma entidade que possa apresentar propostas para essa nova juventude que foi capaz de sair às ruas para derrubar um presidente corrupto. A UBES deve incentivar o esporte, o lazer e ter a cara dessa juventude.

Classe - Como a UBES pretende recuperar para si a representação dos secundaristas, já que durante o movimento pelo impeachment, mesmo os estudantes de primeiro e segundo graus tinham mais a UNE como referência?

Joel - Olha, a história da UNE sempre foi mais divulgada do que a da UBES. Mesmo assim, a UBES apareceu durante o impeachment e nesse processo a juventude despertou o interesse pela sua organização. Isso dá



Passeata da Ubes em São Paulo. No detalhe, Joel Benin

espaço para que a UBES chegue aos estudantes. Na luta pela meia-entrada, que foi vitoriosa em vários estados, os estudantes viram a UBES defendendo seus interesses.

Classe - Durante algum tempo a UBES esteve dividida e se unificou nessa última gestão. Existe algum risco de uma nova divisão na entidade?

Joel - Nesse último período, cerca de três anos, mesmo passando por várias mobilizações, a UBES teve problemas, no sentido de que seus fóruns acabaram sendo muito limitados e, com isso, ela perdeu um pouco o contato com as entidades de base. Acreditamos que esse Congresso deve impulsionar a UBES. A nossa tese, *Declare guerra a quem finge te amar*, defende que a UBES seja unitária, representativa dos estudantes de primeiro e segundo graus de todo o Brasil. Deve representar a vontade do conjunto dos estudantes e não apenas de um ou outro grupo. Sem isso, a UBES não vai estar fortalecida nem vai conseguir levar essas lutas que serão aprovadas no Congresso.

Classe - Segundo a tese *Declare guerra*, como deve ser a composição da diretoria da entidade?

Joel - Nós defendemos a proporcionalidade. Acreditamos que a diretoria deve ser formada por todas as forças e pela vontade de todos os estudantes que vão estar presentes no Congresso.

Classe - Como você avalia a atuação das forças políticas no interior da UBES?

Joel - Acreditamos que ainda há forças políticas que pretendem fazer com que a UBES seja um aparelho de partidos ou de vontades particulares. Consequentemente, atuam de forma centralizadora. Com isso, não percebem que o movimento estudantil se faz não só na UBES, mas também em cada escola. Nossa tese tem clareza da importância de um movimento amplo, da democracia interna na entidade e também que isso se registre na organização e potencialize as lutas dos estudantes.

Classe - Qual é a disposição da *Declare guerra* em fazer aliança com outras teses?

Joel - Nós achamos que as forças que comungarem dessa amplitude, que acharem a democracia importante, que defenderem uma UBES de luta devem formar um grande bloco. Temos certeza que esse congresso vai fortalecer a UBES e a visão da unidade.

UEE de São Paulo tenta reconstrução

A União Estadual dos Estudantes de São Paulo realiza nos dias 21 a 24 de outubro seu congresso de reconstrução, na Universidade de Campinas (SP).

Fundada na década de 40, a UEE(SP) foi, durante muito tempo uma das principais entidades estudantis brasileiras, cumprindo, muitas vezes, papel tão destacado quanto a União Nacional dos Estudantes. Resistiu ao regime imposto pela ditadura militar, até sua extinção. Em 1978 foi novamente estruturada.

No final da década de 80, com o enfraquecimento do movimento estudantil, a UEE(SP) foi desestruturada. O último congresso da entidade foi realizado em 1985, também na Unicamp.

O último presidente da entidade, Caio Carneiro Campos, hoje exercendo a advocacia, aponta duas questões para o descenso do movimento estudantil nesse período. O primeiro, menos importante segundo ele, era o sectarismo das diversas correntes políticas que atuavam nas universidades. O segundo, para ele determinante, vem da própria característica do movimento estudantil, marcado por lutas em defesa da liberdade, da democracia e por reivindicações específicas. "Com o fim da ditadura militar e a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, duas bandeiras prioritárias do movimento estudantil, ficamos um pouco sem saber o que fazer. Mesmo assim, muita coisa aconteceu nas lutas específicas. Foi nessa época que começamos a ser realizados os encontros de cursos", afirma.

Hoje, o movimento estudantil retoma suas bandeiras nacionais. A luta vitoriosa pelo impeachment de Collor de Mello colocou novamente milhares de estudantes nas ruas, criando condições para que os estudantes retomem sua organização em patamar mais elevado. É nesse quadro que acontece o congresso de reconstrução da UEE(SP).

A primeira tese a ser discutida com os estudantes paulistas chama-se *Só quero saber do que pode dar certo*. Tem entre seus signatários, lideranças que surgiram durante as jornadas pelo impeachment, como Eder, (UNESP/Bauru), Paula (Mackenzie), Valtinho (CEUPES/USP), entre outros.

Para esses estudantes, junto com a reconstrução da UEE é preciso realizar uma grande campanha de criação e legalização de DAs, CAs e DCEs em todo o Estado. Para manter acesa a luta em defesa do ensino público, propõem a realização de um seminário estadual de reforma universitária e a participação efetiva no seminário latino-americano sobre o mesmo tema. Por outro lado, querem que o Congresso se posicione contra a revisão constitucional.

Internacional

NOTA DA DIREÇÃO NACIONAL DO PCDOB

Fascismo na Rússia

1 O ditador da Rússia, Bóris Yeltsin, após desfechar um golpe de Estado, em que rasgou a Constituição e dissolveu o Congresso, recorreu na noite de 4 de outubro a uma operação de guerra sem precedentes contra o povo russo. Bombardeou o Parlamento, abriu fogo contra manifestantes, matando centenas deles e deixando feridos milhares de outros. Mais de duas mil pessoas encontram-se presas, submetidas a torturas. Os principais partidos oposicionistas, entre eles vários destacamentos comunistas, foram interditados. A imprensa foi silenciada, seja através da

censura, seja pelo "empastelamento". Temendo a oposição nas províncias, Yeltsin ordenou a intervenção nos sovietes locais.

Dessa maneira, o ditador da Rússia, brandindo o anticomunismo mais grosseiro, implantou o fascismo, o terrorismo como forma de governo, a fim de sufocar a crescente resistência à restauração do capitalismo e à aplicação do receituário neoliberal do imperialismo no país.

2 Os acontecimentos de 4 e 5 de outubro na Rússia constituem o desfecho temporário

de um longo e contraditório processo de liquidação das conquistas do socialismo iniciado com a ascensão de Kruschev ao poder em 1956/57. É grande a responsabilidade dos revisionistas, que de Kruschev a Gorbachev, ao longo de três décadas, desarmaram política e ideologicamente a classe operária russa e cevaram a burguesia corrupta e mafiosa hoje no poder na antiga pátria do socialismo.

3 O golpe perpetrado por Yeltsin e seus apaniguados contou com o apoio unânime e a cumplicidade dos países

imperialistas, a começar dos Estados Unidos da América. Caem assim as máscaras das classes dominantes dos países capitalistas e se expõe sem disfarces a hipocrisia da pregação dos valores da democracia liberal nos países ocidentais. Nesse sentido, causa indignação a posição do governo brasileiro de apoio a Bóris Yeltsin.

4 O Partido Comunista do Brasil, defensor do socialismo, da democracia, da soberania nacional, condena energeticamente a implantação do fascismo na Rússia, assim como a restauração do capitalismo na-

quele que foi outrora um grande e poderoso país socialista. Ao mesmo tempo, reitera sua solidariedade militante com os comunistas, os trabalhadores e todo o povo russo e renova as esperanças de que, apesar do terrorismo do governo de Yeltsin, crescerá a resistência e a oposição popular, que há de recolocar a Rússia e todos os demais países que formavam a antiga União Soviética no rumo da democracia, do progresso e do socialismo.

São Paulo, outubro de 1993

A Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil

Good morning Somália, Haiti...

▼ Se a história se repete uma vez como tragédia e outra como farsa, a intervenção imperialista na Somália é uma grotesca repetição da ocorrida no Vietnã há 29 anos

Jefferson Barros

Mesmo a comédia tem seus momentos trágicos; no caso, por conta das vítimas civis e inocentes da truculência tecnológica das forças armadas dos Estados Unidos na Somália.

A comédia é o ridículo da política internacional da principal potência imperialista do mundo, colocada em xeque pela opinião pública dos próprios Estados Unidos, à visão da primeira vítima americana exposta nos vídeos das grandes redes de televisão. O cômico é o estreitamento do círculo da derrota. No Vietnã, passaram-se nove anos entre a intervenção aberta (episódio do golfo de Tonquim, agosto de 64) e o acerto de paz em Paris (janeiro de 73). Na Somália, em apenas um ano, os Estados Unidos invadiram, ocuparam, assustaram-se, propõem arrego com as forças nacionais e preparam a retirada. Bastaram oito mortes de americanos, mostrados quase ao vivo para toda a nação pela CNN, para que recrudescesse, de repente, na opinião americana a "síndrome do Vietnã". E o presidente Clinton anunciou (dia 19) a retirada de 900 rangers de Mogadíscio. Não é segredo, embora as informações da Casa Branca sobre isto só circulem em *off*, que este é o primeiro resultado das negociações entre o enviado norte-americano, Robert Oakley, e o principal líder



Somali examina destroços de bombardeio

nacional somali (e por isso caçado como malfeitor pelo imperialismo), general Mohamd Aideed, que comanda a resistência guerrilheira contra a intervenção imperialista. Negociação e retirada. Dois gols para Aideed. Zero para o imperialismo.

Teto de zinco. Desde a débâclê dos países socialistas do Leste Europeu, o imperialismo norte-americano tem se comportado em relação ao resto do mundo como raposa em galinheiro.

A existência da URSS, unida e com vontade nacional forte (não importa o caráter revisionista e restaurador do capitalismo de sua política desde 56), servia de anteparo contra os arreganhos mais assanhados da raposa imperialista. O fim da URSS teve, nas relações internacionais, uma repercussão imediata: a guerra no Golfo, a brutal agressão contra o Iraque.

Longe da liberdade da raposa em galinheiro, o imperialismo inventou a intervenção "gato em teto de zinco quente". Passa às pressas para não se queimar. O zinco quente é a opinião pública

americana, que nos últimos anos 60 e primeiros 70 foram - como já previa o líder vietnamita Ho Chi Min, em 1962, variável decisiva para impor a paz no Vietnã. E agora volta a manifestar-se em dois episódios: na Somália e no fiasco de a superpotência imperial não ter conseguido desembarcar 200 soldados no famélico, dominado por uma gang corrupta, e desprotegido Haiti. No Haiti, como na Somália, as forças imperialistas vão ficar ao largo; seguro na distância dos mares. No primeiro para impor um embargo econômico aprovado pela ONU contra o governo do general Raoul Cedras; na segunda para monitorar as ações dos guerrilheiros nacionalistas do general Aideed.

Sem dúvida, as contradições sociais, quer no Haiti ou na Somália, são muito mais complexas do que o preto no branco. Cedras liderou um golpe contra um presidente eleito, o padre progressista Jean Baptiste Aristide; e representa a permanência do grupo do falecido ditador Duvalier no poder. Na Somália, o próprio Aideed, antes da intervenção imperialista e de se ter tornado o

"inimigo público número 1" dos Estados Unidos, era apenas um dos muitos senhores da guerra que dividiam e inviabilizavam o país. A ação imperialista, pela intervenção violenta e pelos métodos conhecidos de autoritarismo econômico que, no caso do bloqueio ao Haiti, ameaça a sobrevivência diária de quase todo o povo, os legitimou como representantes de uma reação nacional à ação estrangeira. Esta é a questão neste momento. Mais um gol, portanto, para Aideed e Cedras e zero para o imperialismo.

Tigre no ar. Isto tudo porque o imperialismo e, sua agência internacional, a ONU, reconstruíram geneticamente um dinossauro da política internacional: o princípio da Legitimidade, inventado no Congresso de Viena, em 1815, no auge da restauração reacionária européia, logo após a derrota de Napoleão e da Revolução Francesa em Waterloo. Por este princípio da Legitimidade era lícito às potências européias intervir em outros países para garantir as coroas ameaçadas. Nesta nova restauração reacionária do século XX, depois da débâclê da URSS e do socialismo real, a Legitimidade tem outro nome, sonoro e simpático: Direitos humanos ou ação humanitária. Com qualquer nome, no entanto, a intervenção militar imperialista será sempre intervenção imperialista e legitimará as forças que a ela reagirem.

Militarmente, a própria superpotência imperialista está desorientada. O Pentágono, sem o inimigo comunista da "guerra fria", perdeu sua própria identidade e busca afanosamente criar um inimigo para se autojustificar e, sobretudo, justificar seu mirabolante orçamento, entrelaçado com o complexo industrial de armamentos, a mais produtiva indústria norte-americana nas últimas décadas. O Departamento de Estado identifica-se com o mais

fiel e decidido aparelho do imperialismo, na formulação de políticas intervencionistas, cujos resultados podem ser imediatos ou a longo prazo para as corporações multinacionais. No caso da Somália, por exemplo, quatro grandes do setor do petróleo são concessionárias de mais de 50% do subsolo do país, rico em petróleo. Os equipamentos técnicos das tropas de ocupação norte-americana em Mogadíscio são fornecidos por outra subsidiária da Standard Oil, Esso. E a Casa Branca é administrada por um político de paróquia, para o qual a cidade vizinha e maior já é um mundo complexo e difícil de ser entendido. O mapa mundi geopolítico então... é sânscrito.

Todo esse quadro exposto com certo ridículo na mídia internacional nestes últimos dias e que começa a irritar os parceiros imperialistas da Europa Ocidental, mostra que a força militar de intervenção do imperialismo é um tigre de vento. Sopra onde quer, apenas para a destruição. Mas não consegue estabilizar suas patas em terra de Pátria nenhuma porque é rechaçada com vigor por todos os povos do mundo.

Nota

Good morning Vietnã é um filme de Barry Levinson, produzido em Hollywood em 1987 e conta a história de um disjete-jóquei da rádio das Forças Armadas americanas no Vietnã, durante a guerra; começa em 1965, logo após a intervenção explícita dos Estados Unidos na guerra e ele, em contato com a realidade do país, vai aderindo à causa da paz, tornando-se simpático aos vietcongs; até ser tirado do ar. É uma metáfora do que aconteceu com setor influente da opinião pública norte-americana que tornou-se claramente manifesta contra a guerra imperialista e pela paz no Vietnã, acertada em Paris em janeiro de 73.

Feito inédito em Alagoas

▼ **A Convenção Regional do PCdoB em Alagoas, que reuniu no domingo, dia 10, mais de 500 pessoas no Espaço Cultural da Universidade Federal de Alagoas, foi a comemoração de uma vitória histórica para o Partido: a conquista da legalidade definitiva no Tribunal Regional Eleitoral.**

Plínio Lins
De Maceió

O PCdoB é o primeiro partido de esquerda em Alagoas a conseguir registro definitivo na Justiça Eleitoral. Organizou-se em 22 municípios onde fez convenção, e em outros 14 já tem comissões provisórias. O partido tem mais de 5 mil filiados em Alagoas. O registro definitivo foi dado pelo TRE no dia 7 de outubro.

O destaque político da Convenção foi a defesa da Constituição e o combate à revisão da Carta, em curso no Congresso. "Revisão é golpe", diziam faixas e cartazes no auditório. A maio-

ria dos discursos foi de combate à aventura revisionista.

A presença de delegações do interior superou as expectativas, chegando ao Espaço Cultural em ônibus, kombis e até caminhões. Havia representantes de 25 cidades de todas as regiões do estado: da Capital, da Zona da Mata, do Agreste e do Sertão.

Outro ponto destacado foi a forte participação operária e de trabalhadores em geral que hoje compõem a base do PCdoB em Alagoas. O partido conta com lideranças de massa mais de vinte categorias de trabalhadores, inclusive dirigentes em sindicatos como os de trabalhadores na indústria do açúcar, construção civil, bancários, médicos, previdenciários, docentes da Ufal, educadores da rede pública e vários outros, além dos estudantes secundários e universitários e a juventude em geral, reunida na União da Juventude Socialista.

Crescer mais. Eduardo Bonfim, presidente regional, afirmou na abertura da Convenção que o partido espera estar organizado em pelo menos 50 municípios alagoanos até o final do ano. "Tentaram cassar o PCdoB e outros partidos de esquerda, através de uma legislação eleitoral e partidária restritiva e preconceituosa, mas o partido resiste e cresce", disse. "Ele cresce e inspira respeito porque tem história, caráter, coerência, honra, fibra e dignidade. Não é um partido de vagabundagem; é um partido que respeita suas alianças. É amplo mas não abre mão de seus princípios. Convive com outras forças políticas mas mantém e reforça seu caráter revolucionário", ressaltou Bonfim, sob



Combatividade levou à conquista do registro do PCdoB em Alagoas

aplausos.

Representantes de diversos partidos, sindicatos, entidades populares, personalidades e autoridades de diversas áreas estiveram presentes e saudaram o PCdoB pela Convenção e ao mesmo tempo deram testemunho da seriedade do partido nas lutas políticas. O senador Teotônio Vilela Filho (PSDB) lembrou que suas relações com o PCdoB "começaram pelas mãos de meu pai, o velho Teotônio". Lembrou ainda dos vários comunistas que deram a vida na luta pelos direitos do povo e afirmou que mesmo tendo divergências teóricas e ideológicas com o PCdoB, "estamos unidos na defesa da soberania nacional e dos direitos sociais".

Marcus Vasconcelos, presidente municipal do PMDB, e o servidor público Mota, do PSTU, também saudaram o PCdoB. O

vereador Arnaldo Fontan, líder do governo na Câmara Municipal de Maceió, falou em nome de seu partido, o PL. O ex-deputado federal e atual vice-presidente da Petroquisa, Renan Calheiros, foi outro que levou sua saudação ao PCdoB. Lembrou que o partido nos últimos 12 anos "foi o único nas esquerdas alagoanas que sempre manteve atuação parlamentar, o que mostra que tem idéias e tem apoio popular". Renan afirmou que o PCdoB, ao conquistar seu registro definitivo, "superou muitas dificuldades, restrições e até preconceitos".

"Isto é vencedor". O prefeito Ronaldo Lessa chegou na parte final da Convenção e foi muito aplaudido. Emocionado, ressaltou a prova de força que as esquerdas estavam dando com aquela convenção: "Isto aqui é

fundamental, é vencedor, é para os conservadores saberem que estamos em sintonia com o povo". Lessa disse que o "terceiro pólo político" que surgiu com sua vitória assumiu a Prefeitura sob fogo cruzado das elites conservadoras. "Tentam nos dividir, tentam forçar um racha nessa união de forças, mas na verdade temem é o nosso avanço, temem uma Convenção como esta do PCdoB."

Sérgio Barroso, que representou a direção nacional da CUT, mostrou o que está em perigo com a revisão constitucional. Lembrou que o capital privado pretende avançar sobre a Petrobrás, a Embraer, a Telebrás, a Vale do Rio Doce.

Em nome da direção nacional do PCdoB falou a jornalista Ana Maria Rocha, integrante do Secretariado do Comitê Central. Ela parabenizou a militância alagoana do partido, alertou para a "ofensiva contra a soberania nacional", citando o exemplo recente da Rússia, e disse que por trás disso está o projeto neoliberal das grandes potências. E afirmou que uma Convenção como aquela é "mais um tijolo na construção do edifício da resistência democrática no país". Citou outras convenções que o PCdoB fez nos estados que garantiram o registro definitivo. Concluiu dizendo que crescer é a resposta eficaz do PCdoB às investidas antidemocráticas.

Falaram ainda um dirigente do maior sindicato do Estado, o dos trabalhadores nas usinas de açúcar e do álcool, e Januário, líder dos operários da construção civil. Encerrada a Convenção em clima de festa, o Espaço Cultural virou palco de animada confraternização.

Conferência vitoriosa na Bahia

Calucho Carvalho
De Salvador

Com o lema de "Socialismo, o partido cresce na luta", o PCdoB fez importante Conferência Regional de 15 a 17 de outubro no Centro de Convenções da Bahia. 246 delegados representando 41 conferências municipais, distritais e de organismos especiais discutiram o quadro político estadual, as perspectivas eleitorais para 94 além de questões sobre o crescimento do partido e a aplicação da linha política nacional no estado. A Conferência elegeu nova direção regional e por aclamação aprovou uma indicação ao novo Comitê Regional para que eleja seu novo presidente o operário metalúrgico e integrante do Comitê Central do partido Renildo Souza.

A abertura da Conferência foi por si só uma vitória. Nela estavam representantes dos partidos de oposição no estado: PMDB, PSDB, PDT, PT, PPS e PV, o ex-governador e atual deputado federal Waldir Pires, o senador Ruy Bacelar, o ministro da Ação Social Jutahy Magalhães, além de diversos secretários municipais,



Conferência revelou a vitalidade do partido

dentre outras personalidades.

Para o deputado federal Haroldo Lima, eleito integrante efetivo do novo Comitê Regional, "a presença de tantos partidos e personalidades políticas na Conferência é uma demonstração da força e do papel que o PCdoB tem e joga na política baiana".

Partido reanimado. Ronald Freitas, representando a Executiva Nacional do partido, declarou no final dos trabalhos que "foi uma grande e vitoriosa Conferência. Além dos comunistas baianos terem lançado as bases para obter êxito nas eleições de 94, discutiram de forma entusiasmada as

tarefas que farão o partido crescer e se consolidar na Bahia, tendo como objetivo imediato a campanha do registro definitivo".

No final da Conferência, Renildo Souza afirmou que: "Com um grande número de delegados e pelos debates havidos, conseguimos superar uma fase de grandes

dificuldades. Agora, com as vitórias alcançadas no movimento de massas sobretudo na área sindical, a reanimação do partido em diversas frentes como movimentos negro e de juventude, as recentes iniciativas de destaque do mandato de Haroldo Lima além do fortalecimento em algumas regiões do interior nos dão condições de trabalhar para ter em pouco tempo um partido de porte médio", disse ele.

Agora o partido vai arregaçar as mangas participando do debate sobre o projeto de programa socialista, da luta contra a revisão constitucional, da construção do partido que deverá dobrar o número de militantes e filiados até dezembro com vistas ao registro definitivo e da preparação para as eleições de 94, quando empenhará forças para reeleger o deputado federal Haroldo Lima e levar de volta o PCdoB à Assembléia Legislativa.

A Conferência baiana escolheu como presidente de honra o dirigente comunista falecido há um ano Roberto Lustosa, nomeado em homenagem ao trabalho feito por Carlos Valadares, que com ele conviveu alguns anos durante o período de clandestinidade.

CONSCIÊNCIA Socialista

Audácia política e teórica

Olival Freire Jr.

Membro do CC do PCdoB

A decisão de elaborar um novo programa, de caráter socialista, para as transformações a ser realizadas na sociedade brasileira, foi adotada no mesmo congresso, fevereiro de 1992, no qual os comunistas concluíram um primeiro balanço da experiência socialista soviética. O projeto agora apresentado reflete antes de tudo a consciência já adquirida pelos comunistas brasileiros das lições a ser extraídas dessa experiência que marcou a história do século XX.

Experiência essencialmente positiva, pois pela primeira vez os operários e povos de todo o mundo puderam vivenciar a existência de uma sociedade radicalmente distinta da capitalista e de todas as sociedades que têm por base a exploração do homem pelo homem que a humanidade milenarmente conhece. Mas também uma experiência sujeita a deficiências e deformações, em parte responsáveis pela sua própria derrota.

Não explorado. Sob esta ótica, o projeto de programa trilha um terreno ainda não explorado pelos marxistas. Trata-se de um dos primeiros programas a ser elaborados após a derrocada dos regimes do Leste europeu. Trata-se também de um ato de audácia política e teórica, pois nessa conjuntura adversa da nova ordem imperialista mundial os comunistas sustentam a viabilidade da construção de uma sociedade brasileira socialista.

Na realidade desta sociedade está outra fonte de inspiração do projeto. Ele amadureceu a idéia, levando-a a um novo patamar, que o PCdoB sustentou desde a sua reorganização em fevereiro de 1962. Trata-se da tese de que a crise brasileira está a exigir uma solução radical, a constituição de um novo poder, um novo regime, pois a burguesia brasileira perdeu toda a capacidade de empreender as alterações necessárias para desenvolver o país de forma soberana e assegurando a cidadania plena.

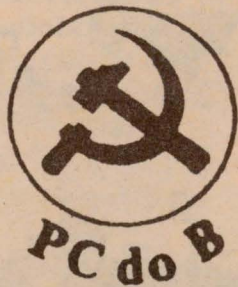
Desde aquela época, diversos segmentos das classes dominantes alternam-se em governos cujo elemento comum tem sido o permanente agravamento das condições de vida e trabalho do povo e o sucateamento das reservas na-

cionais. A atual crise em curso, com as denúncias de corrupção atingindo toda a cúpula política das classes dominantes, é a expressão mais clara do beco para o qual as elites dominantes levaram o país.

Em 1988, no seu 7º Congresso, o PCdoB avaliava que o Brasil se encontrava numa encruzilhada histórica. O atual projeto de programa retoma essa consideração para responder que um Brasil socialista, um novo regime, um novo poder com a classe operária à frente, é uma das saídas da encruzilhada. A outra é desfigurar irremediavelmente a nação e liquidar com a dignidade dos brasileiros trabalhadores através de sucessivos governos das classes dominantes.

Referencial. O projeto é inovador e um referencial político e histórico já firmado. Mas não é uma obra acabada. Cabe em primeiro lugar aos filiados ao PCdoB buscar o seu aprimoramento nos debates que antecedem a Conferência Nacional do próximo ano. Devemos também ouvir a opinião dos diversos setores da nossa sociedade. Incorporar sugestões fundamentais e criativas que poderão daí advir. Polemizar e mesmo refutar aquelas idéias que contrariem a essência do projeto, qual seja, a luta por um Brasil socialista.

Não devemos perder de vista que um programa de um partido político revolucionário não pode ser uma peça isolada das lutas em curso na sociedade. Ele deve ser avaliado antes de tudo como um norte para essas lutas. Até porque a história não conhece bons programas não realizados. A realização desse programa, a sua vitória, só poderá significar a profunda transformação capaz de dar início à construção de um Brasil soberano, democrático, e para isto, socialista. Esta é a razão de ser de um partido como o PCdoB, instrumento político da classe operária e ao qual devem se incorporar todos que adquirem a consciência de que a crise que tomou conta da nação só tem saída nos marcos de um novo poder, socialista.



Convenções representativas

Ceará. A Convenção Regional do PCdoB no Ceará culminou num amplo ato político ao qual compareceram todas as forças políticas do movimento progressista do estado. O evento reafirma o PCdoB como aglutinador dos partidos de esquerda no Ceará e base para uma alternativa popular e democrática nas eleições de 1994.

No ato falaram representantes do PSB, PDT, PT, a deputada federal Maria Luiza Fontenele, a vereadora Rosa da Fonseca (sem partido), vereadores Idalmir Feitosa (PSDB) e Iraguassu Teixeira (PDT). Todos ressaltaram o destacado papel do PCdoB na unificação das forças progressistas na luta contra a revisão constitucional e na construção de uma via

alternativa no confronto com as classes dominantes cearenses.

Diante de 200 militantes e amigos, o dirigente nacional do partido João Batista Lemos apresentou o projeto de programa socialista, destacando sua importância como instrumento valioso para as transformações no Brasil no momento que se constata a falência dos modelos que as elites tentaram adotar ao longo da história da República.

O PCdoB no Ceará tem 12 mil filiados, 41 diretórios municipais, 5 zonais em Fortaleza, 7 comissões provisórias e estipulou a meta de ampliar para 100 municípios até a Conferência Nacional em abril próximo.

Piauí. Dia 10 de outubro foi feita a Convenção Regional no auditório da Assembléia Legislativa, com presença de 150 militantes representando os 32 diretórios que o partido tem no estado. O prefeito de Teresina Wall Ferraz (PSDB) prestigiou o evento, juntamente com representantes do PSB, PSDB e secretários municipais. O prefeito salientou que a revisão constitucional "é a revanche dos conservadores que não conseguiram impor

os seus interesses na Constituinte de 88".

Da Executiva Nacional do partido estava Ronald Freitas, que debateu com os presentes o projeto de programa socialista. Durante a Convenção foi discutida a estratégia do partido para as eleições do ano que vem e a luta para eleger um deputado estadual comunista. O presidente do partido piauiense é Osmar Júnior, também secretário municipal de Transporte em Teresina.

Acre. A Convenção Estadual aconteceu dia 10 de outubro em Rio Branco com a presença do prefeito Jorge Viana, de representantes do PSDB e do PT, vários secretários municipais e vereadores. A Convenção foi vitoriosa porque coroou o esforço do partido para se legalizar no estado, onde o PCdoB tem um deputado

estadual, um vereador na Capital e dois em Tarauacá.

Durante a tarde ocorreu animado debate sobre o projeto de programa socialista. A direção nacional do partido foi representada por José Reinaldo Carvalho, que concedeu entrevistas a jornais, rádios e televisão.

Patos-PB. Esta cidade fica distante 320 quilômetros de João Pessoa, possui 100 mil habitantes e 42 mil eleitores. Nela o PCdoB tem 302 filiados, sendo que 15 se filiaram na Convenção Municipal, realizada com mais de 100 pessoas dia 28 de agosto último, garantindo o registro partidário definitivo. Compareceram o presidente regional do partido e deputado

estadual Simão Almeida e representantes do PT, PSB, PPS e dos movimentos sindical, estudantil e comunitário. O diretório local é presidido pelo sindicalista José Gonçalves. Ainda na região de Patos foram feitas convenções ou montadas comissões provisórias em São Mamede, São José de Espinheiras, Quixaba, Malta e Condado.

Debate. Em João Pessoa ocorreu dia 13 de outubro no auditório da Associação Médica da Paraíba um debate público sobre o programa socialista apresentado pelo PCdoB.

O debatedor foi Ronald Freitas, da direção nacional, e teve presença de integrantes de vários partidos da cidade e jornalistas de diversos órgãos da imprensa local.

Dicionário Marxista

Madalena Guasco Peixoto
Professora de Filosofia da PUC-SP

recai; instrumentos de produção com a ajuda dos quais o homem atua.

Processo de produção. Compõe o modo de produção, é a atividade do homem dirigida a um fim e que cria os valores de uso, o processo com que o homem, mediante sua atividade, facilita, regula e controla o intercâmbio material entre ele mesmo e a natureza.

Todo processo de produção inclui três elementos: uma atividade encaminhada para um fim que é o trabalho; um objeto sobre o qual o trabalho

O trabalho. É a condição de existência dos homens. É a atividade do homem com determinado objetivo, é o elemento que diferencia o homem de todos os outros seres vivos.

Força de trabalho. É a totalidade das capacidades físicas e mentais do trabalhador. É a habilidade e experiência que o homem aplica ao realizar o trabalho.

Dicas

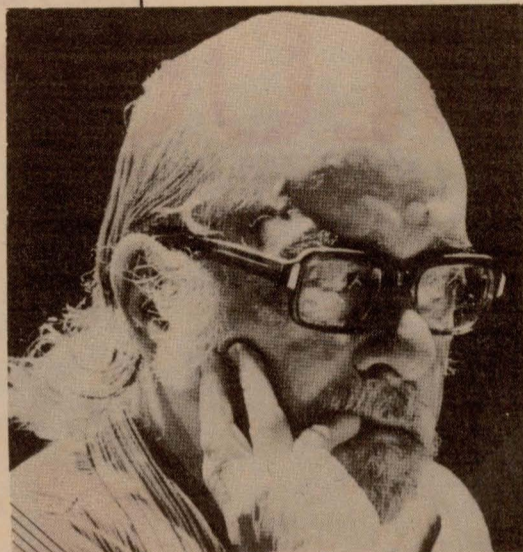
Cucalambe: livros cubanos

A Cucalambe trabalha com livros editados em Cuba para as áreas técnica, científica e da literatura universal progressista. A preços acessíveis, você estará contribuindo na luta contra o bloqueio econômico imposto a Cuba. A Cucalambe Editora Cultural e Comercial Ltda. fica na rua Piratininga, 860 - Mooca - CEP 03042-000 - São Paulo - Brasil. Contato também pelos telefones (011) 277-8450 2277-5117 e pelo Fax (011) 270-2775.

Conferência Nacional

O sucesso da Conferência Nacional, sobre o Programa Socialista para o Brasil, em abril de 1994, depende de você: militante, amigo ou simpatizante do PCdoB. Contribua com CR\$ 500,00. Deposite na conta do Partido Comunista do Brasil, no Banco do Brasil - agência 2809/6 - conta número 4065/7.

Cultura



Dele, Drummond dizia que, mais que ser poeta, vivia como poeta. Em "Elegia, quase uma ode", Vinícius escreveu:

"Que sonho é minha vida?

A ti direi que és tu Maria Aparecida!

A vocês, no pudor de falar ante a vossa grandeza

Direi que é esquecer todos os sonhos, meus amigos.

Ao mundo, que ama a lenda dos destinos,

Direi que é o meu caminho de poeta.

A mim mesmo, hei de chamá-lo inocência, amor, alegria, sofrimento, morte, serenidade."

Vinícius velho, saravá!

Carlos Pompe

Dia 19 registrou os 80 anos de nascimento de um dos mais queridos e populares poetas brasileiros: Vinícius de Moraes. Com uma produção ampla, que envolveu não só a poesia, mas também crônicas, críticas de cinema e literária, cartas, traduções e muitas músicas - algumas, inclusive, com as melodias de sua autoria -, Vinícius foi um artista ligado à sua época e sua gente.

Diplomata de carreira, foi demitido pelos militares após o golpe de 64, que não toleravam a sua ligação com os anseios populares e a sua participação em shows de música popular. Mesmo demitido, não se curvou e, em canções, poemas, textos e atos, registrou seu protesto contra a ditadura (participou, por exemplo, da Passeata dos 100 mil, no Rio de Janeiro).

Seu "Operário em construção" é dos poemas mais lembrados em comemorações do Dia do Trabalhador. Sua "Garota de Ipanema" é repertório certo em qualquer festa - e uma das canções brasileiras mais conhecidas no mundo. E por aí vai a sua obra.

Compromisso com o homem. Vinícius foi o responsável pela tradução da peça Jesus Cristo Superstar, no Brasil. Foi também o tradutor da biografia de Stálin escrita pelo revolucionário francês Henri Barbusse, e durante um período colaborou com o Partido Comunista.

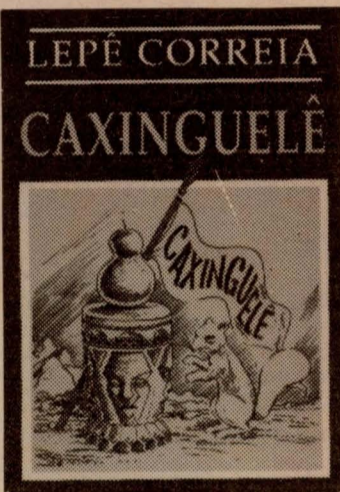
Certa vez, se confessou poeta social, "o que trata de problema da sociedade, seja de temas revolucionários, seja de temas sociais", e afirmou que optou pelo "partido do homem contra as forças que se opõem ao seu desenvolvimento, à sua comunhão, à sua libertação material e moral, à sua destruição de mitos que lhe foram impostos, à compreensão do verdadeiro amor entre os seres humanos." (Entrevista a Moacyr Félix, *Jornal de Letras*, maio de 1958)

Melhor do que abordar a obra de Vinícius, é divulgar trabalhos seus, como a crônica "Da Solidão", já publicada há alguns anos nesta **Classe Operária**, onde diz: "O maior solitário é o que tem medo de amar, o que tem medo de ferir e de ferir-se, o ser casto da mulher, do amigo, do povo, do mundo".

Certamente, Vinícius não era um solitário.

Os olhos do venha ver

O livro *Caxinguelê*, uma produção independente do pernambucano Lepê Correia, que foi lançado em maio deste ano em Recife, chegou a São Paulo no dia 29 de outubro com noite de autógrafos na Griot Livraria, numa realização da Djumbay - Organização pelo Desenvolvimento da Comunidade Negra, com sede em Pernambuco e da União dos Negros pela Igualdade (Unegro) de São Paulo e promete viajar pelo Brasil afora brevemente. A coletânea de poesias de Lepê Correia expressa o seu respeito à ancestralidade, a sua vivência de homem



negro, o cuidado e amor para com os descendentes e reage à discriminação tão entranhada no falar e agir da sociedade brasileira. O autor confessa ser fortemente influenciado por Solano Trindade, Luiz Gama e Lino Guedes e explica que Caxinguelê é o nome de um roedor, esquilo de pêlo cinzento característico das Américas. Na poesia que dá título ao livro ele diz que:

"Sou porta-voz do inferno
O novo sem ser moderno

Os olhos do venha ver."

Nova História do Brasil

Chegou às livrarias do país inteiro, a reedição do livro *História Nova do Brasil* (HNdB), de vários autores, publicado em cooperação pelas editoras Loyola e Giordano. A importância do fato está em que essa obra consiste na primeira tentativa didática de se aplicar uma análise marxista à história brasileira. Lançado pela primeira vez em 1963, a HNdB deveria ter 10 volumes, mas somente dois foram editados, porque o golpe militar de 1964 proibiu a sua veiculação. A obra foi produzida por solicitação da Comissão de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (Capes) para que o departamento de história do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), a realizasse, ambos os órgãos eram ligados ao Ministé-

rio da Educação e Cultura (MEC). Segundo Nelson Werneck Sodré, um dos autores da obra, "a 'agitação', em 1963, se definia precisamente pelo embate entre uma apaixonada para a mudança e uma irredutível e furiosa reação e norma, articulando o que havia de mais retrógrado no Brasil e fora do Brasil." Neste contexto é que se insere a *História Nova*. Por isso a HNdB, segundo o editor Claudio Giordano, "independentemente de suas qualidades e defeitos, faz parte da nossa recente (e sofrida) história. Deixá-la e às suas circunstâncias no esquecimento significa não apenas confirmar a nossa falta de memória cultural, mas sobretudo contribuir para que se perpetuem as arbitrariedades e desequilíbrios de nossa sociedade e o desgoverno."

QUEM É DE LUTA LÊ

ASSINE A CLASSE

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____ Telefone _____
Cidade _____ Estado _____
Profissão _____ Data ____/____/____
Assinatura semestral: CR\$ 2.400,00 Assinatura trimestral: 1.200,00
Assinatura semestral de apoio: CR\$ 4.000,00

Preencha e envie hoje mesmo este talão para a **A Classe Operária**. Não mande dinheiro. Mandar cheque nominal e cruzado, ou vale postal, em nome da Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda. - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01318-020 - Fone (011) 34-4140 - Fax (011) 36-0412.

A Classe Operária

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - **Editora:** Ana Maria Rocha - **Redação:** Dilermando Toni, Guiomar Prates, Sueli Scutti, Marcos Ruy **Correspondentes:** Calucho Carvalho (BA), José Ribamar Praseres (MA), Linduarte Júnior (PE), Luciana Costa (PA), Marcos Lopes (PI) Niura Delfort (SE) - **Colaboradores:** Altamiro Borges, Antonio Carlos Queiroz, Bernardo Joffily, Carlos H. Vasconcelos, Carlos Pompe, José Reinaldo Carvalho, José Carlos Ruy, Jefferson Barros, Juarez Tadeu, Lejeune Mato Grosso, Moacyr de Oliveira Filho, Olivia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro de Oliveira, Umberto Martins - **Projeto Gráfico:** Auracebio Pereira - **Diagramação:** José Luis Muñera Reyes - **Composição e Arte Final:** Compuart - Fone: (011) 251-1571 - **Fotolito:** Enfocke **Impressão:** Central Print - **Administração:** Vera Lúcia Lopes da Silva - **Fotografia:** Leandro Shilipake - **Secretaria:** Silvia Regina Lopes - **Revisão:** Alexandra Araújo e Márcia Saraiva - Publicação quinzenal da Empresa Jornalística **A Classe Operária** - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo-SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 34-4140 - Fax: (011) 36-0412

Sedes Regionais do PCdoB

ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceió - Av. Moreira e Silva, 430 - Farol - (082) 221-4634 - AMAZONAS - Manaus - R. Luiz Antony, 762 - Centro - (092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá - Av. Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem - BAHIA - Salvador - R. José Duarte, 5 - Tororó - (071) 321-6420/321-6622 - CEARÁ - Fortaleza - R. São Paulo, 1.037 - Centro - (085) 221-4090 - DISTRITO FEDERAL - Brasília - HIGS 704, Bloco G, Casa 67 - (061) 225-8202/225-3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - R. Prof. Baltazar, 152 - Centro - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Av. Anhanguera, 3599 - Ed. São Luís - 3º andar - Centro - (062) 212-4014 - MARANHÃO - São Luís - R. Viana Vaz, 110 - Centro - (098) 222-5295 - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - R. Padre Belchior, 285 - Centro - (031) 222-3161 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - Rua 13 de Maio, 3.853 - Sala 1 - Centro - (067) 721-1390 - MATO GROSSO - Cuiabá - R. Comandante Costa, 548 - Centro - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - R. Mangel Barata, 1157 - Reduto - (091) 222-8733 - PERNAMBUCO - Recife - R. Afonso Pena, 233 - Boa Vista - (081) 231-2038 - PIAUÍ - Teresina - R. Desembargador Freitas, 1.216 - Centro - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - R. André de Barros, 26 - Casa 6 - Centro - (041) 223-5920 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - Av. 13 de Maio, 33 - 16º andar - Conj. 1601 - Centro - (021) 240-5286/532-4118 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - R. Vaz Godin, 86 - Centro - (084) 222-6323 - RONDÔNIA - Porto Velho - R. 11 casa 365 Conjunto Chagas Neto - (069) 222-4242 - RORAIMA - Boa Vista - Av. Chiriquito, 105 - Centro - (095) 225-1546 - RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre - R. Dr. Vale, 142 - Floresta - (051) 228-5152 - SANTA CATARINA - Florianópolis - Av. Mauro Ramos, 475 - Centro - (0482) 24-1927 - SERGIPE - Aracaju - R. Lagarto, 890 - Centro - (079) 224-8664 - SÃO PAULO - São Paulo - R. Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 37-8483 - TOCANTINS - Gurupi - Avenida Goiás, 1962b - Centro.



REVOLUÇÃO RUSSA

1917 e 1993

▼ Em 24 de outubro de 1917 - há 76 anos, portanto - uma aliança de operários, camponeses e soldados, liderada pelo partido bolchevique, tomava o poder na Rússia e iniciava a primeira experiência prolongada e, em muitos aspectos, vitoriosa de construção do socialismo



José Carlos Ruy

Era uma nova etapa na história humana que se abria, em meio ao caos de uma economia destruída pela guerra, pelos desmandos da autocracia czarista, pela pobreza e fome crônica do povo russo.

Hoje, o mesmo povo que, naquele longínquo 24 de outubro, tomou o Palácio de Inverno resistiu nas ruas de Moscou à mais poderosa ofensiva dos adversários da Revolução. O regresso ao capitalismo, acelerado sob Mikhail Gorbachov desde 1985, transformou-se em confronto aberto desde que Boris Yeltsin assumiu o poder, há 2 anos. A União Soviética, criada por Lênin e que já foi a esperança dos povos, despedaçou-se, num processo que aparentemente ainda não terminou.

A máscara de Yeltsin, que dizia querer a volta à democracia, foi pulverizada pelos tiros de canhão que, no dia 4 de outubro de 1993, feriu de morte o parlamento soviético. Antes, em setembro, num golpe de estado clássico, Yeltsin dissolveu o parlamento, assumindo poderes ditatoriais. Ante a resistência que se organizava - parlamentares, populares, oficiais do Exército - o ditador russo não vacilou em dirigir seus tanques contra aquela instituição que, no fetichismo da democracia burguesa, simboliza o poder maior das repúblicas, a vontade popular.

Caiu também a máscara das potências imperialistas, lideradas pelos Estados Unidos e pela Alemanha. Há décadas o imperialismo tenta destruir o país dos soviéticos. Desde 1985 sua

ação foi facilitada pela atuação do próprio governo soviético dirigido por Gorbachov. Os líderes ocidentais disfarçavam sob o biombo da volta à democracia a defesa de uma transformação que, a seus olhos, era mais essencial: a reintrodução da economia de mercado; isto é, do capitalismo, na URSS. O governo francês foi claro ao apoiar o golpe de Yeltsin: se não tem o voto de seu próprio povo, ele tem o voto do mundo - isto é, dos líderes capitalistas.

A volta ao capitalismo logo revelou sua face cruel para os trabalhadores soviéticos: desemprego, arrocho salarial, inflação crescente, arrocho salarial, perda das garantias sociais do sistema anterior, desagregação das relações sociais (com o crescimento da prostituição, da criminalidade e da mendicância). Tudo isso traduzido no aumento da miséria e da fome, depois de sete décadas de grandes esforços coletivos para a construção de uma economia moderna, voltada - ao menos teoricamente - para o bem-estar da população, e não para a obtenção de lucros para empresários capitalistas. E é isso que move aqueles que, não se deixando contaminar pela apatia que parece anestesiar boa parte dos russos, ocupam as ruas para protestar contra a nova ordem que destrói as conquistas do passado.

Qual o passado a defender? A experiência soviética é uma verdadeira cornucópia de erros e acertos. A revolução ocorreu num país atrasado, e os bolcheviques esperavam que ela fosse o estopim para o levante dos trabalhadores europeus. Com o fim da 1ª Grande Guerra, vários

países europeus pareciam seguir o caminho da Rússia - a Alemanha, a Áustria, a Hungria, por exemplo - e outros viviam crises tão profundas que permitiam adivinhar a proximidade de trajetória semelhante, como por exemplo a Itália. Mas a revolução europeia foi derrotada, e os bolcheviques viram-se sozinhos à frente de seu Estado operário e camponês. O que fazer? Chamar a burguesia de volta e devolver-lhe o poder, já que a história não cumprira o *script* que a teoria lhe determinara? Ou construir, mesmo com a escassez de recursos e as dificuldades que se podia antever, o socialismo num só país? É claro que ninguém, de bom senso, faria a primeira opção. As dificuldades eram grandes, mas não se podia recuar ante elas. Enfrentá-las foi a primeira parte desse passado que não se pode perder. O custo foi muito alto, traduzido em erros gigantescos que foram cometidos. A experiência pecou por não construir uma verdadeira democracia para os trabalhadores, dirigida pelos operários. Velhos privilégios reapareceram, em benefício de burocratas que controlavam o aparelho estatal. Mas a contabilidade do passado registra vitórias memoráveis. O país passou pela dura experiência de uma guerra civil prolongada, com a interferência aberta de potências estrangeiras em seu território. Passou por expurgos dolorosos que afastaram do Estado e do partido elementos que não se afinavam com os novos rumos. Mas, mesmo assim, construiu uma economia industrial moderna e avançada. Enfrentou e venceu, em seu território, a mais agressiva e

sangrenta guerra já vista pela humanidade, a agressão da máquina de guerra e de assassinato coletivo dirigida por Adolf Hitler.

No plano internacional, a existência da União Soviética foi importante fator para que os trabalhadores dos países ricos do Ocidente obtivessem conquistas sociais e democráticas que, noutra situação, lhes seriam radicalmente negadas. Conquistas que hoje, com a experiência socialista iniciada em 1917 prostrada, são alvo de ataques dos neoliberais por toda parte.

Os atuais atentados aos direitos democráticos ocorrem com o pretexto de defender a liberdade, no campo político, mas disfarçam a defesa do capitalismo, no campo econômico e social. Quem viu semelhanças entre a ação de Yeltsin, em setembro, e golpes semelhantes na América Latina - o golpe de 1964, no Brasil entre eles - não se enganou. A mesma mentira sórdida e cruel, a alegação de defender a democracia, comandou a fundação de ditaduras, na América Latina e na Rússia. "Não há outra maneira de proteger a democracia e a liberdade na Rússia", justificou-se Yeltsin. "Os demônios do despotismo ainda assombram a Rússia", acusou Stephen Cohen, um especialista em assuntos russos, da Universidade de Princeton, nos EUA. "A última vez que um Parlamento foi queimado aconteceu na Alemanha em 1933", pelos nazistas e seus asseclas, lembra ele. E poderia ter acrescentado: com pretexto semelhante ao de Yeltsin, ao dos golpes dos brasileiros de 1964, ao de Alberto Fujimori, no Peru: o motivo desses ataques foi conter os comunistas.